

## Transcrição da 427ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

1  
2  
3 **00:04:35 Anselmo Guimarães (Sec. executivo):** Muito bom dia, senhora presidente, conselheiros e  
4 conselheiras, demais amigos que nos acompanham aqui presencialmente, também virtualmente.  
5 Tendo sido verificado o quórum, à mesa declara abertos os trabalhos da 427ª Reunião Ordinária do  
6 Plenário do CONSEMA, que tem a pauta conhecida e encaminhada a todos os presentes na forma  
7 regimental. Informo a todos que a transmissão ao vivo dos trabalhos pode ser acessada no *YouTube*,  
8 pela página “@semilsp”. A presente reunião ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário  
9 Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência, onde estão  
10 os nossos conselheiros nos acompanhando também. Gostaria de agradecer toda a presença de  
11 autoridades, consultores, técnicos da casa, todo mundo que está aqui presente, muito obrigado pela  
12 participação. Em continuidade ao expediente preliminar, nós passamos a aprovação da ata referente  
13 à 426ª Reunião Ordinária do Plenário, distribuída no prazo regimental a todos os conselheiros, razão  
14 pela qual peço ao plenário que se dispense a leitura e fica, portanto, aprovada pela presidência. Nós  
15 vamos passar agora as comunicações da presidência e da secretaria executiva, então, neste momento,  
16 agora, com a palavra, a senhora presidente do CONSEMA, a secretária Natalia Resende, para as suas  
17 comunicações e informes. Muito bom dia, secretária, muito obrigado pela presença novamente.  
18

19 **00:06:11 Natalia Resende (Presidente):** Obrigada, Anselmo. Bom dia, é sempre um prazer estar  
20 aqui com vocês. Vou falar um pouquinho aqui do *briefing* que já foi encaminhado e aí vou destacar  
21 algumas notícias, se for o caso a gente detalha melhor também. Na última semana a gente teve a  
22 reunião aqui dos governadores, dos sete governadores do sul, sudeste e, na parte de meio ambiente e  
23 de transição energética também a gente teve conversas, diálogos muito proveitosos. O Jonatas, nosso  
24 subsecretário aqui, encabeçou uma iniciativa muito importante que resultou num tratado que a gente  
25 falou, um protocolo de intenções, Tratado da Mata Atlântica para a gente fazer o plantio de 100  
26 milhões de mudas de espécies nativas até 2026 nos sete estados, aí cada estado ficou com um  
27 compromisso, isso é importante até para a gente sempre fomentar essa preocupação com a  
28 restauração, com a conservação. E outros objetivos que a gente colocou da formação de corredores  
29 terrestres e costeiros também, costeiro marinho e, bom, várias iniciativas interessantes que a gente  
30 pretende dar cabo ao longo dos anos, mas essa do plantio de 100 milhões a gente já colocou, já fez o  
31 protocolo de intenções, já estabeleceu um compromisso. E muito na linha da gente ter também, a  
32 gente vai criar governança na parte de transição energética e no GT também, dentro do COSUD  
33 (Consórcio de Integração dos Estados do Sul e do Sudeste). A Fundação Florestal captura e trata  
34 lobos-guarás ameaçados por surtos de sarna. A SP Sem Fogo implanta 1500 quilômetros de aceiros  
35 dentro das Unidades de Conservação. Na parte de energia e mineração, a gente encaminhou um  
36 Projeto de Lei, e com base também em discussões que a gente teve aqui com a Assembleia, de um  
37 projeto que veio também para a gente do deputado Donato. A gente vetou e apresentou um outro  
38 projeto para poder isentar IPVA a veículos híbridos e movidos a hidrogênio. E aí a intenção é muito  
39 a gente dar o estímulo, seja para a indústria, seja também para as pessoas. E, se vocês olharem, tem  
40 até um limite lá de valor para a gente estimular que isso seja acessível a todos também, não só veículos  
41 elétricos, que muitas vezes são caros, a gente quer estimular, na verdade, a produção também do que  
42 a gente tem potencialidade no estado de São Paulo, que é etanol, é a gente conseguir também pelo

43 híbrido, pelo hidrogênio. Então, está muito nessa linha, se vocês olharem o PL que a gente mandou.  
44 Bom, a gente também renovou e resgatou o nosso Conselho Estadual de Política Energética,  
45 reavivamos, tivemos a primeira reunião, e aí a gente também, dentro desse conselho, a gente vai criar  
46 uma Câmara de Descarbonização para a gente discutir também em conjunto aqui, lógico, com as  
47 ações que a gente está fazendo no meio ambiente, no CONSEMA, de uma forma muito integrada,  
48 que é o nosso objetivo desde o início. Bom, aí fizemos também já seminário de produção e uso de  
49 biogás e biometano para a mobilidade na parte de logística. A gente vem atravessando, não sei se  
50 vocês têm acompanhado, mas quem é ali da região, problemas nas nossas travessias, principalmente  
51 de Ilhabela e São Sebastião, devido a uma série de questões que foram deixadas ao longo do prazo,  
52 e a gente está tentando melhorar, seja infraestrutura, seja na parte de gestão também, se for o caso, a  
53 gente, se o CONSEMA, se o conselho achar por bem, a gente traz apresentação específica sobre isso  
54 depois. Mas, de fato, é uma situação que não é boa, que a gente está tentando melhorar e que a gente  
55 vai melhorar de fato com ações de curto, médio e longo prazo, e com mais eficiência em 2025, a PPP,  
56 que a gente está fazendo. Na parte aqui de recursos hídricos e saneamento, o programa Rios Vivos  
57 iniciou o desassoreamento em 85 cursos d'água em São Paulo, isso é muito importante, sobretudo  
58 nessa época de enchentes que a gente sabe que a gente está entrando na época de chuvas, e o  
59 desassoreamento é algo que não resolve, é bom colocar, né? A gente tem outros problemas, inclusive  
60 habitacionais, mas ele mitiga e é importante a gente fazer, e isso melhora o escoamento, melhora  
61 também a questão de disponibilidade hídrica, por isso que a gente deu prioridade, já começamos em  
62 85 cursos d'água. Também, em conjunto com o parlamento, a gente promulgou, publicou uma lei que  
63 estabelece novas regras para a gestão de resíduos sólidos gerados em eventos. Começamos a ir lá na  
64 Sabesp, o Réveillon Hidrológico, que marca o início do período das chuvas, e implantamos também  
65 uma passarela flutuante no parque Bruno Covas. De forma geral, é isso. Se precisar, a gente detalha,  
66 Anselmo, qualquer uma dessas medidas e devolvo a palavra para você. Muito obrigada.

67  
68 **00:11:40 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, secretária. Muito obrigado. Tenho algumas  
69 comunicações aqui pela Secretaria Executiva. Em primeiro lugar, convidar todos os conselheiros,  
70 toda a sociedade, a participar das próximas Audiências Públicas já convocadas pelo CONSEMA, só  
71 registrando aqui na agenda, no dia 26 de outubro, no município de Cajamar, Condomínio Logístico  
72 Prologis. Também no dia 16 de novembro, do EIA Rima da ampliação da atividade de extração de  
73 granito, de responsabilidade da Votorantim, no município de Itapeperica da Serra. E no dia 30 de  
74 novembro, o Eia Rima do loteamento Parque das Nações, em Ribeirão Preto, todas com início às  
75 17:00, maiores informações, solicitamos consultar a página do CONSEMA, o endereço é  
76 [www.semil.sp.gov.br/consema](http://www.semil.sp.gov.br/consema). E aqui vai um lembrete a todos os conselheiros que nos acompanham  
77 aqui, todos eles sabem, o CONSEMA ele vai muito além do que as nossas reuniões plenárias. Nós  
78 estamos trabalhando com trabalhos bastante avançados já nas Comissões Temáticas, amanhã teremos  
79 a reunião da Comissão Temática Processante de Normatização, que está debatendo a questão do  
80 licenciamento municipal. Segunda-feira terá a reunião da Comissão Temática de Biodiversidade, que  
81 está tratando de plano de manejo. Nesta segunda-feira nós já se debruçamos sobre legislação  
82 específica de área de proteção e mananciais, então convidar aqui todos os conselheiros que, por acaso  
83 não estejam participando, por favor, lá é o local para se amplificar o debate antes de vir aqui para o  
84 plenário, onde certamente nós vamos ter as discussões definitiva e deliberativas, então só

85 agradecendo a participação de quem já está, e convidando a todos os demais conselheiros. Com  
86 relação às comunicações da Secretaria Executiva, era isso. Então, gostaria agora de convidar a todos  
87 a passar para os 30 minutos de falas divididos entre os conselheiros para tratarmos de assuntos de  
88 interesse geral. Nós já temos aqui inscrito o conselheiro Ricardo Crepaldi, da ABES. Agora, o  
89 conselheiro Daniel Smolentzov, o conselheiro Rodrigo Levkovicz, o conselheiro Fernando Prioste,  
90 aqui online nós temos o conselheiro José Fernando Bruno, da APM, a conselheira Gilda Nunes, o  
91 conselheiro Rogério Menezes, a conselheira Rosa Ramos, conselheiro Leduc também. Nós temos  
92 agora, então, são nove inscritos. São então três minutos para cada um com um tempinho para  
93 conclusão. São sete da sociedade civil e dois governamentais. Pela ordem aqui de inscrição, vou  
94 chamar inicialmente o conselheiro Ricardo Crepaldi, representante da Associação Brasileira de  
95 Engenharia Sanitária. Bom dia, conselheiro Crepaldi.

96  
97 **00:14:41 Ricardo Crepaldi (ABES):** Bom dia,, secretário executivo Anselmo, bom dia a todos os  
98 colegas conselheiros, a senhora secretária Natalia, o subsecretário Jonatas, e todos os que estão  
99 presentes na sala e virtualmente aqui. Eu quero usar esses meus três minutos de fala solicitados, mas  
100 não exatamente para uma comunicação da ABES, mas é para um agradecimento à esta casa. Eu  
101 gostaria de agradecer à SEMIL, através de um apoio direto do secretário Jonatas, eu estou hoje como  
102 presidente do COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente) de Bauru, e o  
103 COMDEMA de Bauru ontem completou 39 anos. O COMDEMA de Bauru é o primeiro COMDEMA  
104 do estado de São Paulo, e ele é o segundo COMDEMA do Brasil. Então ontem, com a ajuda do  
105 secretário Jonatas, foi feito um evento, um evento online com uma temática das mudanças climáticas,  
106 As Mudanças Climáticas e o Papel dos Municípios. Pela indicação do secretário Jonatas, a doutora  
107 Jussara Carvalho participou. Estiveram também presentes o doutor Gilberto Natalini, pela prefeitura  
108 de São Paulo, e o professor doutor Paulo Artaxo, da USP e do IPCC. Agradeço a intervenção do  
109 secretário, a temática foi muito boa, muitos esclarecimentos do papel do estado e o que o estado pode  
110 ajudar os municípios e muitos exemplos, principalmente da Secretaria de Mudanças Climáticas da  
111 cidade de São Paulo, e todos os inputs do professor doutor Paulo Artaxo, que também ajudou a  
112 desenvolver o PAC 20/50 desta Secretaria. Então eu gostaria de agradecer, agradecer à casa, o apoio  
113 todo do CONSEMA, da administração do CONSEMA, e colocar mais um ponto e, inclusive, a  
114 própria secretária para reflexão, já falei isso com o colega Anselmo, que o CONSEMA precisa, de  
115 alguma forma, se aproximar um pouco mais dos COMDEMAs, principalmente dos principais  
116 COMDEMAs do estado que estão dentro das sedes administrativas. Essa aproximação, ela vai na  
117 mesma via da necessidade de nós compormos um caminho único, equilibrado, de ações da união,  
118 estado e município. Então, eu gostaria de deixar isso registrado para uma futura reflexão e eu  
119 agradeço novamente a todos pelo apoio dentro do nosso aniversário de 39 anos. Muito obrigado.

120  
121 **00:17:45 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Parabéns, fica esse registro aqui. Nós,  
122 do CONSEMA, pelo aniversário de 30 anos do COMDEMA de Bauru, um dos mais longevos do  
123 Brasil inclusive, muito obrigado. Gostaria de convidar então para fazer uso da palavra, eu vou chamar  
124 primeiro as entidades não governamentais, depois a gente passa para os conselheiros dos órgãos do  
125 governo. Vou passar então, conselheiro Fernando Prioste, que está aqui conosco na sala. Seja muito  
126 bem-vindo, conselheiro.

127  
128 **00:18:22 Fernando Prioste:** Bom dia a todos e todas. No mês que vem, que é o mês de novembro,  
129 é o mês em que se comemora o mês da Consciência Negra e o dia da Consciência Negra. E não por  
130 acaso, a escolha das comunidades tradicionais, principalmente os quilombolas, é pelo 20 de  
131 novembro, que é um dia que rememora o Zumbi dos Palmares, e não no 13 de maio, porque, na visão  
132 dessas comunidades, o 13 de maio significou uma abolição formal e inconclusa da escravidão. Formal  
133 porque no papel essas pessoas tiveram a liberdade concedida, mas até hoje é a grande massa da  
134 população que está, por exemplo, encarcerado. Inconclusa também porque foi uma abolição sem  
135 direitos, não é? Eu me recordo que, na época, me recordo pelo estudo evidente da votação da lei  
136 áurea, o Barão de Cotegipe, dizia, “olha, hoje eles querem liberdade, amanhã eles vão querer as  
137 terras”, e é uma disputa que está até hoje. E eu valorizo muito a visita que a secretária fez e a sua  
138 equipe ao Quilombo de Bombas já há alguns meses, porque pôde ver na prática a situação de vida  
139 daquelas comunidades tradicionais, que o problema de Bombas não é só a dificuldade de um acesso  
140 viário, estrada, são várias dificuldades de várias comunidades. E nesse período de cá para lá, nós  
141 fizemos um levantamento um pouco mais detalhado dessas pautas, passamos e estamos em diálogo  
142 com o Anderson, secretário executivo da Natalia, vamos remeter hoje ainda essa documentação para  
143 a secretária e para o subsecretário, e eu vou aqui passar muito brevemente por alguns pontos que  
144 podem ser medidas de reparação desses problemas históricos que as comunidades quilombolas vivem  
145 e que na minha forma de ver, apesar de alguns desafios, são questões simples para o estado de São  
146 Paulo, em função da capacidade política e do poder econômico que tem. Um deles está relacionado  
147 muito a fiscalização das ações de roça das comunidades, com questões que, na minha forma de ver,  
148 violam frontalmente a legislação. Por exemplo, todas as roças das comunidades quilombolas, quando  
149 autuadas, são impostos embargos. Apesar do Código Florestal exceptuar, de forma muito explícita  
150 embargos em áreas de subsistência. E não dá para dizer que nenhuma dessas roças não seja a roça de  
151 subsistência, todas essas roças em comunidades são de subsistência. E são dezenas de autuações  
152 fixadas pela polícia militar quando faz a fiscalização e mantidas pela CFB. Outra questão  
153 fundamental é avançar na simplificação do licenciamento das roças ditas perene, porque as outras são  
154 as roças tradicionais de coivara, tem uma forma, mas a própria lei também determina que seja feito  
155 um procedimento simplificado para esse tipo de licenciamento, que até hoje não ocorreu e que,  
156 inclusive, exceptua a necessidade de fazer a compensação ambiental que está na lei da mata atlântica,  
157 são dispositivos que até hoje não foram aplicados. Tem também um grave problema relacionado à  
158 regularização fundiária, porque desde 1988, quando saiu esse dispositivo conferindo o direito à terra  
159 na Constituição Federal para as comunidades, apenas 45 comunidades foram intitulados no Brasil, e  
160 no estado de São Paulo, seis parcialmente, mesmo o estado de São Paulo tendo uma lei de 1999 para  
161 conceder as terras públicas às comunidades. Quanto tempo mais será necessário esperar? E a SEMIL,  
162 via Fundação Florestal e via SEMIL, tem duas cadeiras no conselho gestor desse tema que trata da  
163 regularização fundiária das comunidades tradicionais. Um conselho gestor que na minha forma de  
164 ver está inoperante, inclusive naquilo que diz sobre um cronograma de trabalho, porque o estado de  
165 São Paulo não tem um cronograma de trabalho para terminar com essas titulações. É inaceitável  
166 esperar mais 25 anos, mais um quarto de século para que as comunidades tenham direito de acesso  
167 ao território. Fora isso, tem demandas também relacionadas às estradas que chegam nessas  
168 comunidades. Não é só a questão da estrada de bombas, que não existe estrada, mas praticamente

169 todas essas estradas rurais são deixadas realmente numa situação muito difícil e que o estado de São  
170 Paulo tem condições de fazer um trabalho para que essas estradas sejam de forma perene, com  
171 calçamento, com a dignidade que esse povo que requer arrumadas. Tem o problema do Cadastro  
172 Ambiental Rural, que está em discussão num grupo de trabalho aqui, tem as questões também  
173 relacionadas à direitos fundamentais de comunidades tradicionais, que estão em sobreposição com  
174 Unidades de Conservação. Ainda são muitas comunidades que têm dificuldade para fazer sua roça,  
175 para reformar uma casa, para construir uma casa como explicitamente lá na Estação Ecológica da  
176 Juréia, que é um problema que precisa ser tratado de forma franca, aberta, para que a gente não precise  
177 resolver essa questão no judiciário. Mas eu passei aqui muito rapidamente sobre essas questões,  
178 dizendo, secretária e subsecretário, e os demais que estão aqui presentes, que eu espero de fato, que  
179 a gente possa dialogar sobre essas e outras questões que estão aqui, para que a gente, de fato, possa  
180 dar passos significativos nessa questão. Vai ajudar muito o estado de São Paulo a fazer justiça e  
181 cumprir com uma missão que está na legislação, na Constituição Federal. Não é muita coisa, mas  
182 para aquele povo, é tudo que precisam. Obrigado.

183  
184 **00:23:13 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Fernando Prioste. Agora gostaria de  
185 convidar o conselheiro José Fernando Bruno, da APM, por favor, conselheiro, a palavra é sua.

186  
187 **00:23:38 Jose Fernando Bruno (APM):** Bom dia a todos, Natalia, bom dia, nosso secretário  
188 Anselmo, eu cumprimento a todos os amigos e conselheiros do CONSEMA, os nossos funcionários.  
189 A pauta que eu queria informar é que a gente tem percebido, pela Associação Paulista de Municípios,  
190 a grande dificuldade que os prefeitos estão encontrando em manter alguns programas ambientais  
191 previstos para o ano que vem em função dessas reduções de recurso de repasse do governo federal.  
192 Somente o fundo de participação do município e outros. Então, seria importante que a gente olhasse  
193 com mais carinho, junto aos prefeitos, o que o CONSEMA e a própria Secretaria, na sua estrutura,  
194 pode oferecer em condições de trabalho e com baixo custo para essas atividades ambientais nos  
195 municípios. Eu tenho sentido e ouvido muita reclamação nesse sentido, dos prefeitos, não com  
196 relação a nós, mas com relação ao contexto geral dessa redução de recursos, essa baixa arrecadação  
197 que tem nos causado transtorno para todos os prefeitos. O estado de São Paulo ainda está menos pior,  
198 mas nos outros estados a situação está muito drástica, e uma das coisas que os prefeitos portam são  
199 esses programas, programas ambientais e assim por diante, então dão uma visão mais clara para  
200 educação, folha de pagamento e etc. Então secretária, seria bom a gente pensar um pouco no que a  
201 gente poderia ajudar esses municípios a desenvolver ou permanecer com alguns programas tentando  
202 buscar reduções de custo para isso, para que a gente possa amenizar esse impacto terrível que têm  
203 ocorrido no município. Então, era o pedido nosso da gente pensar uma fórmula junto, em conjunto  
204 com algumas prefeituras, o que pode ser feito nesse sentido. Muito obrigado.

205  
206 **00:25:40 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Bruno, pela participação pela  
207 Associação Paulista dos Municípios. Agora, convido também online, a conselheira Gilda Nunes, do  
208 Instituto Ihabela Sustentável. Conselheira Gilda, por favor.

209  
210 **00:26:00 Gilda Nunes:** Bom dia a todos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer o Coronel Martins,

211 da polícia ambiental e também os servidores da Coordenadoria de Fiscalização pela disponibilidade  
212 de se reunir aqui com a sociedade civil do litoral norte de São Paulo para tratar melhorias nas ações  
213 de fiscalização ambiental. A situação aqui com relação à ocupação das áreas de riscos e áreas de  
214 PLPs, que são áreas de Proteção aos Limites dos Parques, continua sendo grande. E vai precisar de  
215 uma atuação, digamos, que uma força-tarefa dos órgãos para que se possa fazer ações, principalmente  
216 melhoria de contingente e investimentos em sistema de inteligência para fazer esse monitoramento.  
217 E o outro tema que eu gostaria de citar, e aí é uma lamentação, eu gostaria de lamentar a atuação da  
218 Cetesb e da Fundação Florestal no licenciamento de uma obra aqui em Ilhabela, que ficou embargada  
219 durante 10 anos por conta de um grande desmatamento e da canalização de um córrego numa área de  
220 Mata Atlântica. É uma área alagável, sem licenciamento ambiental e que agora foi desembargada  
221 com uma compensação de uma área que é dentro do parque estadual de Ilhabela, sem que houvesse  
222 nenhum ganho ambiental, uma vez que essa área já está dentro da UC. E também esse processo não  
223 passou pelos Conselhos de Meio Ambiente de Ilhabela e também pelo conselho do parque estadual  
224 de Ilhabela. Obrigada.

225  
226 **00:27:56 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheira, pela participação. Gostaria de chamar agora,  
227 está aqui conosco na sala, conselheiro Rogério Menezes, representante da ANAMMA.

228  
229 **00:28:15 Rogério Menezes:** Bom dia a todos e a todas. Queria inicialmente cumprimentar a mesa  
230 através da secretária Natalia Resende, subsecretário Jonatas Trindade, Anselmo, nosso secretário  
231 executivo, e pedir licença para cumprimentar todos os demais conselheiros presenciais, aqui ou  
232 virtualmente, nas pessoas da conselheira Rosa Ramos, da OAB, da conselheira Nerea Massini, da  
233 SEMIL, Marina Balestero, da SEMIL, Maila Fukushima da Cetesb e cumprimentar a doutora Andréa  
234 Struchel, que participa com a gente hoje aqui na sessão, que me acompanha aqui a sessão, que é a  
235 secretária nacional de assuntos jurídicos da ANAMMA, e líder da ANAMMA Mulher, que reúne as  
236 lideranças que estão trabalhando em gestão ambiental em todo o Brasil. Primeiro cumprimento por  
237 essa articulação interestadual, secretária, que foi trazida aqui com essa previsão de plantio  
238 significativo de árvores nativas da Mata Atlântica até 2026, realmente uma boa notícia, que a gente  
239 consiga realmente, em conjunto com todos, com certeza, com apoio da sociedade, realizar. E aí trazer  
240 um destaque, que nos cabe, porque existem 20 municípios da região metropolitana de Campinas que  
241 assinaram um convênio com o governo do estado, através da AGEMCAMP, da Agência  
242 Metropolitana da Região Metropolitana de Campinas, e há expectativa agora, depois de muito  
243 planejamento, que envolveu todos os órgãos municipais de meio ambiente, de que no próximo  
244 período a gente tenha a implantação dos corredores metropolitanos, que vão unir os fragmentos  
245 florestais que sobraram na região metropolitana de Campinas. É o projeto Reconecta, com a  
246 participação do Iclei, do governo do estado, dos 20 municípios, existe um convênio assinado com o  
247 estado. Então, que a gente possa, nesse esforço de plantio tão grande que foi demonstrado, assumido  
248 aqui o compromisso, incluir o Reconecta nesse esforço, porque tem um debate lá de muito tempo, de  
249 vários anos, chegou a hora da implementação. Ministério Público também está acompanhando de  
250 perto, está perguntando para os prefeitos sobre a parte do Reconecta que cabe ao território de cada  
251 um dos municípios. Então, existe toda uma articulação regional e a expectativa é que a gente passe a  
252 implementar os corredores metropolitanos da RMC, Região Metropolitana de Campinas. Também

253 reforçar o convite, foi oficiado também já nos últimos dias, deve ter chegado pra vocês ontem, convite  
254 para a secretária, subsecretário, para a abertura do Fórum Brasil de Gestão Ambiental, que aproveitou  
255 para divulgar aqui entre os conselheiros, está confirmado para os dias 22, 23 e 24 de novembro, a  
256 expectativa de 10 mil pessoas passarem pelo evento, que reúne mais de 20 parceiros, que é um evento  
257 que deve reunir mais de 400 municípios do país em torno da gestão ambiental e com vários parceiros,  
258 sociedade civil, secretários de estado, então um grande evento. Estamos na expectativa também após  
259 o convite da presença da ministra Marina Silva na abertura, do presidente do Ibama, Rodrigo  
260 Agostinho, e gostaríamos muito, mas muito mesmo de ver todos na mesma mesa, que a gente possa  
261 conversar sobre a gestão ambiental brasileira. Centro de convenções de Serra Negra, 22, 23 e 24 de  
262 novembro, 4ª Edição do Fórum Brasil de Gestão Ambiental. Por último, a secretária nos deu um  
263 *feedback* na última reunião sobre a questão da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, que a  
264 gente, a nossa expectativa é que a gente possa terminar esse exercício já dando novos passos à frente,  
265 já que houve essa operação lá na questão jurídica, de questões jurídicas que ainda precisavam ser  
266 superadas. Então a nossa expectativa é que a gente possa fechar esse ano com esse marco simbólico  
267 dos primeiros municípios que começam a receber a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, que  
268 é prevista na legislação desde o começo do século, então que a gente possa chegar em um quarto do  
269 século com a lei, a TCFA chegando há alguns municípios, pelo menos no estado de São Paulo. Muito  
270 obrigado.

271  
272 **00:33:22 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado Rogério Menezes, pela Associação Nacional de  
273 Órgãos Municipais de Meio Ambiente, sessão diretoria São Paulo. Obrigado, conselheiro pela  
274 participação. Agora a conselheira Rosa Ramos, da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional São  
275 Paulo, obrigado conselheira pela participação.

276  
277 **00:33:40 Rosa Ramos:** Muito bom dia. Quero cumprimentar inicialmente a secretária Natalia, em  
278 seu nome cumprimentar a todos os demais. Bem, minha fala é breve. Quero cumprimentar também  
279 Andréa Struchel, que pertence lá a nossa equipe da Comissão de Meio Ambiente da OAB - São Paulo.  
280 Primeiramente, secretária, agradecer. Nós encaminhamos esse primeiro item da ordem do dia na  
281 última reunião como ponto para falar sobre o Plano de Ação Climática do estado de São Paulo.  
282 Agradeço por acatar essa nossa sugestão. Tema extremamente relevante, né? Eu acho que estar aqui  
283 neste conselho faz bastante a diferença. A outra coisa que eu gostaria de ressaltar, e aqui, obviamente,  
284 com todo o respeito a todos os coordenadores das comissões das quais a gente também faz parte, mas  
285 sugerir, colocando aqui para todos os conselheiros, alguns temas de pautas das comissões. O  
286 secretário executivo Anselmo fala com muita propriedade da importância dos temas que são  
287 discutidos lá e que posteriormente são trazidos para cá. Se não haveria uma forma de nós agilizarmos  
288 isso, temas superimportantes, por exemplo, como a regularização de algumas bacias, se eu não me  
289 engano, duas que estão lá na Comissão Normativa e Processante da deliberação 0118, se não seria  
290 mais produtivo que os pontos convergentes já da comissão, nós já fossemos trazendo para cá para o  
291 conselho, ao invés de nós ficarmos esperando o término dessas discussões para depois trazer para cá  
292 e após isso somente ser deliberado para sua conclusão, talvez isso trouxesse um pouco mais de  
293 agilidade, como por exemplo, nessa que eu considero muito importante que é as normas referente a  
294 essas bacias, a gente está falando de uma política estadual de 97, portanto, acho que penso eu que

295 estamos bem atrasados na regulamentação de algumas bacias que são importantes para alguns  
296 municípios, que dependem dela para os seus licenciamentos, principalmente. Uma outra questão que  
297 está sendo discutida, e nesta comissão nós não fazemos parte, mas temos nossos assessores lá  
298 acompanhando, que é na temática de políticas públicas, a criação da Coordenadoria específica de  
299 resíduos sólidos, e eu creio que também esse seja um tema bastante sensível, que merece, que venha  
300 para o CONSEMA, e que se houver algum encaminhamento mais preciso, que daí sim vá para a  
301 comissão processante. Que eu me recorde, parece que essa criação da Coordenadoria não passou aqui  
302 pelo conselho, salvo engano, e já peço vênha desculpas para caso não tenha vindo. Por fim, para  
303 encerrar, na mesma linha do conselheiro Rogério, agradecendo a referência, sempre a nossa  
304 instituição. Quero também reforçar aqui um convite do nosso Fórum Permanente de Mudanças  
305 Climáticas e Desastres Naturais. Nós estamos na terceira rodada, que se ocorrerá no dia 22 de  
306 novembro, lá na nossa sede, na Maria Paula. Então, são todos convidados e o tema desta vez será  
307 COP 28. Esperamos que aconteça dentro de uma normalidade, estamos todos torcendo pelos irmãos  
308 lá que estão trazendo essa insegurança para o mundo todo. Esperamos que a gente consiga participar  
309 da COP 28, que vai ocorrer a partir do dia 30 de novembro a 12 de dezembro. E então nosso tema  
310 será a COP 28, antecipando uma discussão para levar para lá. A outra questão é os ODS, nós  
311 estabelecemos na OAB São Paulo um observatório, já desde o início da nossa gestão, e estreamos  
312 sob a coordenação da doutora Andréa Struchel, e do Danilo de Oliveira, outro membro da comissão,  
313 uma discussão quinzenal acerca dos 17 ODS. Fizemos a estreia com muito sucesso e agora também  
314 no próximo dia 30, faremos a segunda etapa. E aí, seguidamente, até completarmos os 17,  
315 quinzenalmente, toda segunda-feira, todos convidados também para participar virtualmente. Por hora  
316 é só.

317  
318 **00:38:40 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira Rosa Ramos, pela participação, pelo  
319 registro aqui. Conselheiro Eduardo Leduc, seja bem-vindo, por favor, da Associação do  
320 Cunhambebe.

321  
322 **00:38:54 Eduardo Leduc:** Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade. Eu quero complementar  
323 um pouco o que foi falado pela conselheira Gilda no sentido das ações, a importância da reunião que  
324 a gente teve com a polícia ambiental em Caraguatatuba, reunindo os municípios e também a  
325 participação muito ativa da Comissão da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, da CFB.  
326 Excelente, após aquilo nós já estamos agendando capacitações para as pessoas, sociedade civil  
327 também, sobre o uso das ferramentas do SIGAM, que é uma ferramenta bastante importante, bem  
328 completa e pouco utilizada pela sociedade civil, que era para ajudar, vogamos assim, a acompanhar  
329 os processos. O que eu queria comentar é que eu vejo tantas iniciativas fundamentais sendo trazidas  
330 aqui, a apresentação que o IPA fez mostrando tudo o que foi feito pelo estado favorecendo para que  
331 os municípios façam uma boa gestão do seu desenvolvimento e ocupação de solo, né? Aí nós estamos  
332 falando aqui hoje do programa de 100 milhões de mudas, espetáculo. Corredores ecológicos  
333 metropolitanos, são coisas assim, fundamentais, é música no ouvido da sociedade inteira brasileira,  
334 esse tipo de situação. Aí vamos falar de programas dos temas climáticos, cidades resilientes:  
335 fundamental. O que acontece nos municípios é que muitas dessas iniciativas, mesmo a fiscalização  
336 da polícia ambiental, ela começa, ela vai, mas ela para devido aos temas políticos da cidade, né?

337 Então você, para desocupar uma área, você vai precisar, não é só da polícia ambiental, você precisa  
338 do município. Então, muitas dessas iniciativas, elas não vão de encontro ao interesse, digamos assim,  
339 da especulação imobiliária ou dos próprios prefeitos, em urbanizar mais a cidade. A Mata Atlântica  
340 é um problema para cidades e, ao invés de ser a solução e o patrimônio e o futuro delas. Então, nós  
341 estamos tendo que fazer o quê? Tudo isso começa, não é respeitado, a gente está tendo que hoje,  
342 como sociedade civil, direto no Ministério Público, direto na promotoria, porque a coisa, pelo tema  
343 político, tudo isso que a gente começa aqui no estado, tudo isso é que a gente começa, a lei da Mata  
344 Atlântica não é respeitada, então fica esse monte de coisa acontecendo e eles estão todo dia cortando  
345 pedaços da Mata Atlântica nestas áreas, a gente plantando, querendo plantar e ali não acontece. Então,  
346 o meu ponto é, de novamente, sobre mecanismos, mecanismos que os municípios sejam classificados,  
347 respeitem essas leis, tenha o seu programa. Por exemplo, existe o Programa de Mata Atlântica, que é  
348 uma metodologia conhecida, espetacular, onde o município faz o seu plano, o seu PMMA, o seu  
349 Plano Municipal de Mata Atlântica, onde ele mapeia, isso se transforma em lei municipal.  
350 Congelamento de áreas, várias dessas áreas que estão aí sob risco identificadas pelo IPA poderiam  
351 estar sendo congeladas nos municípios, porque é uma lei municipal, que nada mais é do que cumprir  
352 uma lei que já existe no estado, mas seriam leis municipais, então, se os municípios não tem essa,  
353 digamos, esse compromisso, essa obrigação de fazer a sua parte, eu queria dizer que essas iniciativas  
354 lá na ponta não funcionam, infelizmente. E se não fosse, por exemplo, a Fundação Florestal nas áreas  
355 de parques, se não é a sociedade civil brigando através da promotoria pública e Ministério Público,  
356 todas essas iniciativas lá na frente perdem a sua efetividade. Essa aqui é a manifestação que eu queria  
357 fazer no sentido de buscar esses mecanismos para financiamentos, para aprovação de investimentos,  
358 aprovação de estradas nesses municípios. Se o município não tem um plano de Mata Atlântica,  
359 município onde predomina a Mata Atlântica, como é que eu vou fazer isso se ele não se interessou  
360 nem em fazer o seu plano? Como é que eu vou financiar? Vou dar dinheiro para fazer obra, vou fazer  
361 isso? Então, eu acredito que tem mecanismos que o estado precisa para tornar eficiente, se não esse  
362 dinheiro todo investido, e esse tempo de um monte de gente capacitada lá no município não aterrissa.

363  
364 **00:43:16 Anselmo Guimarães:** Obrigado conselheiro Eduardo Leduc. Só fazer um registro aqui, o  
365 conselheiro Rodrigo Levkovicz vai ter que se manifestar, até ele vai ser convidado, então vou utilizar  
366 o tempo dele para ceder para o conselheiro Djalma Weffort, que ele pediu o uso da palavra.  
367 Conselheiro Djalma, por favor. Na sequência, vamos falar já as últimas falas, o doutor Daniel  
368 Smolentzov e o conselheiro Rodrigo também já nos comentários, dos apontamentos. obrigado.

369  
370 **00:43:48 Djalma Weffort (Apoena):** Bom dia. Obrigado, Anselmo. Bom dia, secretária. Bom dia,  
371 Jonatas. Cumprimento a todos. Eu apenas estou trazendo uma informação a pedido do meu colega  
372 Alberto Rezende sobre a publicação de um manual para pequenos viveiros de mudas. Esse manual  
373 foi produzido pela Iniciativa Verde, em parceria com a Fehidro, o IPA, e trata de estruturar, de ajudar  
374 na estruturação, na capacitação, regularização de pequenos viveiros, para atender às novas demandas  
375 de restauração florestal. Então eu gostaria de saudar o trabalho, está muito bem feito, muito bem  
376 ilustrado. Eu posso disponibilizar, Anselmo, para distribuir para os conselheiros, né? E informar que  
377 perpassa, por essa publicação a questão da geração de conhecimento e empregos, dos manuais que  
378 têm surgido, tem se ressaltado a importância da restauração ecológica, na proteção do clima, dos

379 recursos hídricos, mas eu acho que nós precisávamos enfatizar bastante a geração de emprego, dando  
380 oportunidade de trabalho para as pequenas comunidades. Nós temos um país com alto índice de  
381 desemprego, então eu acho que isso aqui é um agregador a mais nesse processo de restauração. Essa  
382 informação, esse compromisso, a secretária acabou de anunciar, certamente deve trazer dados sobre  
383 quantos empregos diretos e indiretos vão gerar, e a gente pode trabalhar também com essa  
384 perspectiva, junto a proteção ambiental e a qualidade de vida das pessoas. E também dizer que aqui  
385 no Oeste Paulista nós estamos preparados para aumentar a escala da restauração dos corredores  
386 ecológicos, ampliação das Unidades de Conservação, que são poucas. Já temos iniciativas pioneiras,  
387 bem-sucedidas e nós contamos também com esse avanço para a gente melhorar e gerar emprego nessa  
388 região muito pobre do estado de São Paulo. Obrigado.

389  
390 **00:46:41 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Djalma Weffort, da Apoena. E agora  
391 convido, ao término, o conselheiro Daniel Smolentzov, da, Procuradoria Geral do Estado. Obrigado,  
392 conselheiro.

393  
394 **00:46:55 Daniel Smolentzov:** Obrigado, Anselmo. Bom dia a todos. Inicialmente, eu gostaria de  
395 parabenizar à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística pela participação no evento do  
396 COSUD, do Consórcio de Integração dos Estados do Sul e do Sudeste. As questões ambientais elas  
397 não conhecem limites cartográficos, né? Então, para que haja a efetiva defesa dos temas ambientais,  
398 é importante essa integração entre os estados, que tem uma proximidade geográfica e, portanto, de  
399 questão de bioma e as questões ambientais também com essa similaridade, essa proximidade. Então,  
400 muito importante a integração desses estados, sobretudo na área ambiental, e nesse sentido eu fiquei  
401 muito feliz de acompanhar as notícias, a participação da Secretaria, acho que foi um evento muito  
402 positivo para a defesa das questões ambientais do estado de São Paulo e de toda a região sul e sudeste.  
403 A segunda questão que eu queria colocar, eu estive recentemente, como turista, visitando o parque  
404 estadual de Campos do Jordão e eu fiquei muito feliz, o horto lá de Campos do Jordão, como é  
405 conhecido, e eu fiquei muito feliz de ver na prática os resultados de um contrato de concessão. Nós  
406 trabalhamos bastante nesse contrato de concessão, na modelagem, não só na modelagem jurídica,  
407 mas toda a modelagem econômico-financeira e etc, e eu penso que o conceito que nós tivemos de  
408 passar a área de uso público para a gestão da iniciativa privada e deixando a Fundação Florestal  
409 concentrada nas questões ambientais da Unidade de Conservação, esse foi o norte do programa de  
410 concessão das Unidades de Conservação, eu, estando lá, visitando como turista, como disse, eu  
411 percebi que eu acho que foi uma decisão acertada nossa. Realmente, essa área de uso público ela  
412 melhorou, tem uma estrutura melhor para o turismo e a Fundação Florestal fazia um bom trabalho, o  
413 horto sempre foi bem gerido, tinha um bom trabalho, eu já sou frequentadora de várias Unidades de  
414 Conservação há muitos anos, mas nós percebemos que houve um incremento, e esse incremento veio  
415 por meio dessa parceria com a iniciativa privada, mas sempre com a ressalva de nós trabalharmos  
416 nas modelagens, nós trabalhávamos nos contratos de concessão, porque são contratos de longo prazo,  
417 de 20, 25 anos, e a modelagem desses contratos ela é importante para garantir a efetividade, na prática,  
418 do que nós queremos, um uso público melhor, mais incrementado e também a possibilidade da  
419 Fundação Florestal se dedicar com mais afinco, com mais recursos às questões de proteção da  
420 Unidade de Conservação. Então, fiquei feliz e queria compartilhar aqui com todos. Um terceiro ponto,

421 que não fazia parte da minha fala, mas é que surgiu aqui no comentário da sociedade civil e eu queria  
422 trazer rapidamente aqui um contraponto a fala da conselheira Gilda Nunes. Eu não conheço o caso  
423 concreto que ela trouxe. Não estou falando desse caso concreto, não o conheço, mas a conselheira  
424 colocou aqui uma afirmação que eu, com devido respeito, não concordo, que é a questão da  
425 compensação ambiental por meio da regularização de Unidades de Conservação. A conselheira  
426 colocou que isso não haveria um ganho ambiental. Com todo o respeito, conselheira, e a todos que  
427 me escutam, eu discordo dessa afirmação porque a regularização fundiária das Unidades de  
428 Conservação, e usando a compensação ambiental, que é um instrumento previsto em lei, como uma  
429 forma de promover essa regularização fundiária, ela traz um ganho ambiental imenso para as  
430 Unidades de Conservação, porque não adianta nós termos Unidades de Conservação no papel, elas  
431 precisam existir na realidade. E a presença de propriedades privadas dentro das Unidades de  
432 Conservação traz uma dificuldade para a gestão dessas áreas. É uma dificuldade própria desse sistema  
433 de convivência híbrido, um sistema híbrido de convivência. Não é culpa do particular, não estou  
434 dizendo que os particulares têm uma conduta inapropriada. Eles estão lá, são terras, como diz,  
435 particulares, mas nós temos uma Unidade de Conservação criada sobre essas terras, e o estado precisa  
436 promover a regularização fundiária, porque o domínio público é essencial para a gestão das Unidades.  
437 Então é um instrumento posto por lei, a compensação ambiental, e eu espero que as pessoas  
438 compreendam isso e que esse instrumento avance cada vez mais, porque ele traz, sim, com todo o  
439 respeito, novamente a fala da conselheira Gilda Nunes, mas ele traz sim um ganho ambiental de  
440 grande proporção para as Unidades de Conservação, que são áreas onde nós reunimos o que há de  
441 mais relevante, sob o ponto de vista ambiental. Obrigado. Desculpa ter me estendido, Anselmo.

442  
443 **00:52:56 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Daniel Smolentzov, representante da  
444 Procuradoria Geral do Estado. E agora passo, então para as manifestações do Rodrigo Levkovicz, já  
445 em atendimento também aos apontamentos e para os seus comunicados também. Rodrigo, por favor.  
446

447 **00:53:11 Rodrigo Levkovicz:** Primeiro, bom dia, secretária Natalia, secretário Jonatas, Anselmo,  
448 Daniel, Daniel Martins, todos os amigos. Eu acho que esgotou a minha fala a fala do Daniel. Na  
449 verdade, tem previsão legal e, como órgão executor da Política Nacional de Meio Ambiente a gente  
450 segue a lei no que trata de regularização fundiária das Unidades de Conservação, lembrando que tem  
451 uma disciplina no Código Florestal e na própria Lei da Mata Atlântica, e especialmente,  
452 regulamentada pelo Decreto 6.660, que fala exatamente de regularização fundiária, compensação de  
453 supressão do bioma da mata atlântica mediante doação de área inserida em Unidade de Conservação  
454 de domínio público, pendente de regularização fundiária. Acho que é um debate interessante que a  
455 conselheira trás, mas é um debate mais político do que de cumprimento da lei. Aí eu vou passar para  
456 informes. Eu acho que tem bastante coisa legal. A primeira coisa, a gente aqui, sobre a tutela nossa,  
457 do Jonatas, a gente conseguiu fechar um edital de várias mãos, agradecer ao IPA, que também  
458 participou, para hidrossemeadura das áreas da Vila do Sahy, vai ser executado esse serviço depois do  
459 feriado, eu convido a todos para estarem acompanhando, eu acho que vai ser bastante interessante. A  
460 secretária Natalia, que nos cobrou, e aí a gente foi atrás, mas é bastante interessante, porque a gente  
461 vai ter uma técnica de hidrossemeadura, com instalação de biorretentores e de biomantas naqueles  
462 escorregamentos que ocorreram na Vila do Sahy. É uma técnica que é utilizada muito em rodovia,

463 que a gente vai usar para um desastre, então acho que é legal todos estarem acompanhando, a gente  
464 pode dar notícia. Segunda boa notícia, dando atualização sobre o processo do acesso de bombas, a  
465 gente protocolou o Eia Rima, a gente começou o protocolo na sexta, terminou na segunda, porque  
466 eram vários documentos. Já estamos com um cronograma fechado com a Cetesb de avanço, claro,  
467 tem a parte técnica, pode atrasar um pouco, mas a gente tem uma perspectiva de terminar e iniciar a  
468 obra no primeiro semestre do ano que vem, lembrando que tem licitação, tem conselho, tem um monte  
469 de coisa, mas de novo, nossa chefe aqui nos cobrando e avançou. Acho que faz menos de três meses  
470 da visita, temos um Eia protocolado, acho que é um esforço interessante que a gente teve. Agradecer  
471 à Cetesb, ao Thomaz e a empresa de consultoria que topou o desafio no programa Adote um Parque,  
472 então esse estudo foi feito sem ônus para o estado, deixar aqui o nosso agradecimento à empresa de  
473 consultoria que topou, se sensibilizou e avançamos. Rapidinho, São Paulo sem Fogo, queria  
474 agradecer a todos. A gente sai da fase vermelha nessa semana. Trabalho coligado. Agradecer à  
475 policial militar ambiental, Cfb, Cetesb, bombeiros, Defesa Civil, mas fazer um especial  
476 agradecimento à nossa equipe de campo, que botou a mão na massa também, fez aceiros, ficou  
477 vigilante. Agradecer à Câmara de Compensação Ambiental que aportou recursos, mas dizer que a  
478 gente não teve muito incêndio nas Unidades de Conservação, um pouco sempre por sorte, mas  
479 também por muito trabalho de prevenção e muito esforço do pessoal que está em campo, então tem  
480 que fazer essa homenagem a eles. Outra boa notícia, a gente terminou a fase 1 do curso de monitor  
481 ambiental autônomo, uma fase de EAD. A gente conseguiu ter 913 pessoas que passaram nesta  
482 primeira fase. Agora vem a fase específica, e mais 350 que passaram no curso livre. Então,  
483 potencialmente, a gente vai ter mais 1.263 monitores ambientais autônomos para trabalharem com  
484 ecoturismo nas Unidades de Conservação. Então, também queria agradecer aqui a CEA  
485 (Coordenadoria de Educação Ambiental) pelo apoio e a nossa equipe, que se dedicou bastante e todos  
486 os professores, palestrantes, também cederam seu tempo para fazer esse curso de EAD, mais uma  
487 vez, com caráter de benemérito. Então a gente agradece mais uma vez. Por fim, modernização da  
488 Fundação Florestal, iniciamos a fase de oitiva aos conselhos, agradecer aos conselheiros aqui que  
489 deram sugestões. A gente estendeu o prazo de 90 dias para 120 dias, para que os conselhos possam  
490 se manifestar. Cada unidade vai chamar o conselho respectivo para trabalhar um pouco dos grandes  
491 temas que a Fundação tem que se preocupar no futuro, sempre respeitando o passado, mas também  
492 olhando para o futuro. Convido a todos para participarem dessa discussão. Ela vai ser trazida para o  
493 CONSEMA, mas a gente quer fazer uma discussão nos conselhos consultivos e deliberativos de cada  
494 Unidade para que a gente possa compilar esses temas e aí avançar no processo. Obrigado, Anselmo.

495  
496 **00:58:34 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Rodrigo Levkovicz, da Fundação Florestal.  
497 Senhora secretária?

498  
499 **00:58:41 Rodrigo Levkovicz:** Esqueci uma coisa, Anselmo. Também agradecer à secretária, o  
500 secretário. A gente teve aprovada uma linha específica no nosso PPA para povos originários e  
501 comunidades tradicionais, que eu acho que também é uma conquista que foi trazida aqui e que teve  
502 engajamento do governo. Então, no PPA da Fundação Florestal existe uma ação específica, povos  
503 originários e comunidades tradicionais. Obrigado.

504

505 **00:59:04 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Senhora secretária, presidente do CONSEMA, agora,  
506 para os comentários da mesa, por favor, senhora secretária.

507  
508 **00:59:10 Natalia Resende:** Antes de eu falar, vou passar aqui para o Jonatas, que ele vai fazer uns  
509 comentários, aí depois eu complemento, tá bom? Você vai ter que sair também, né?

510  
511 **00:59:17 Jonatas Trindade (Subsecretário):** Eu pedi para a secretária para fazer a minha  
512 participação primeiro, porque eu tenho um compromisso agora, eu vou ter que sair, me ausentar na  
513 reunião, mas para falar que esse trabalho que nós temos desenvolvido, nós temos contado muito com  
514 o apoio de muitas pessoas. A equipe técnica da Secretaria é uma equipe pequena para o desafio que  
515 a gente tem posto, e realmente nós precisamos desse apoio de todos, como o Crepaldi falou, para o  
516 CONSEMA se aproximar dos COMDEMAS, eu peço para que os CONDEMAS todos nos procurem  
517 para a gente estabelecer uma agenda de trabalho, da mesma forma como foi colocado pelo Prioste,  
518 trazer essas agendas, eu sei que você já estão discutindo com o Anderson, e o Anderson está  
519 capitaneando exatamente por conta das múltiplas agendas, então a gente acaba dividindo, mas eu  
520 posso contribuir também de uma forma direta a depender do tema, por exemplo, licenciamento, eu  
521 tenho algumas contribuições de alguma experiência que eu possa agregar nesse contexto, então  
522 quando for discutir o assunto, vocês, por favor, peçam para que eu participe da reunião que eu posso  
523 colaborar nesse contexto, tá? Em relação à questão da continuidade de políticas públicas, eu acho que  
524 a gente tem que buscar a inteligência de todos e a possibilidade de parcerias também com a iniciativa  
525 privada para poder financiar e viabilizar uma série de ações que a gente tem executado. Na lógica do  
526 COSUD, do desafio, essa parceria vai ser fundamental para que a gente possa avançar nesse desafio,  
527 não só do plantio das 100 milhões de mudas para os sete estados, mas na estratégia de financiamento,  
528 na estratégia de colaboração com essa parceria que nós vamos ter uma forma muito firme com a  
529 iniciativa privada. Vai ter recurso público? Vai, mas o recurso público é sempre limitado, então nós  
530 temos que ser inteligentes o suficiente, buscar essas parcerias, porque tem muita gente disposta a  
531 ajudar, até no arranjo, como foi falado aqui, de escalar a restauração. Eu venho defendido muito da  
532 gente criar um mercado da restauração, um mercado da madeira legal no estado de São Paulo, um  
533 mercado porque é um caminho que se viabiliza do ponto de vista econômica, viabiliza com que as  
534 pessoas possam se apropriar desse conhecimento e tenham o interesse, por exemplo, de produzir  
535 mudas. E aí, muito salutar a fala do Djalma em relação ao manual, eu acho que este tipo de manual,  
536 esse tipo de experiência tem que ser divulgada e o nosso interesse é divulgar e ter proximidade, ter  
537 uma agenda com todos os atores para poder construir tanto um plano de comunicação para essa  
538 estratégia de restauração como um plano de ação para ação específica dessa restauração com objetivo  
539 de construção desses corredores ecológicos, com olhar na mata atlântica. Assim, meu sentimento em  
540 relação ao evento do COSUD foi muito positivo, com a perspectiva e o interesse de todos os estados  
541 de trabalhar de uma forma muito firme nessa pauta e em outras pautas que estão em discussão e que  
542 são objeto do protocolo. E aí, na dinâmica do COSUD, o compromisso de São Paulo é conduzir essa  
543 agenda, que são agendas técnicas até o próximo evento, que vai ocorrer em março, no Rio Grande do  
544 Sul, então, até março, São Paulo virou o grande articulador para que a agenda tenha a discussão  
545 técnica e no próximo evento a gente já tenha estratégias de implementação e de ação, ou até mesmo  
546 antes da realização do próximo evento. Então, era muito nesse sentido de entender, como foi

547 colocado, questão de plano municipal de mata atlântica, tudo o que foi colocado, a fala e a  
548 importância da participação do estado na construção da agenda ambiental junto com os municípios,  
549 seja por meio de capacitação, seja de outras formas de implementação até a questão da Taxa de  
550 Controle Ambiental, elas têm essa importância, mas a gente precisa desse apoio, eu tenho  
551 reiteradamente colocado isso porque é sufocante a quantidade de coisas que a gente tem que lidar no  
552 dia a dia. Não é fácil, essa agenda é muito grande e toda vez que a gente tem tido essa colaboração,  
553 como tem ocorrido, por exemplo, em relação à agenda quilombola, trazendo essas agendas, mas  
554 trazendo também uma construção coletiva, a coisa tem avançado muito melhor e muito mais rápido,  
555 e legitimado por todos os atores. Então, efetivamente, conto com o apoio de todos, nós temos um  
556 desafio, encomendei já com o IPA para a gente enxergar na estratégia da restauração, por exemplo,  
557 a questão dos viveiros, que nós temos informações, mas nós estamos atualizando essas informações  
558 para chegar e entender o alcance que a gente pode com esse compromisso público que foi da  
559 restauração, e para as demais tarefas que estão postas para a gente. Então minha fala do que foi  
560 apresentado era nesse sentido. Colocar a Secretaria à disposição, realmente ter uma agenda de  
561 trabalho com todos, com apoio das ONGs, que têm um papel muito importante de articulação local,  
562 com apoio dos municípios, e estamos juntos com vocês dos municípios, em especial, que foi colocado  
563 por Rogério Menezes, em relação aos corredores metropolitanos, conte com nosso apoio, e esses  
564 eventos, como também foi falado pelo Crepaldi, sempre que possível nós vamos participar para  
565 qualificar as políticas públicas municipais, com objetivo de trazer conhecimento, eu internamente,  
566 tenho feito essa esse trabalho com as equipes, de tentar também melhorar nossas políticas e também  
567 capacitar naquilo que é mais relevante do ponto de vista da estratégia, da estratégia e da restauração,  
568 por exemplo. Tem um trabalho sendo feito pela equipe da UGP, com apoio de todas as coordenações  
569 e esse trabalho está avançando de uma forma muito bacana e é um trabalho eminentemente técnico.  
570 Eu dou algum direcionamento ou outro, dou meu pitaco, brinco, eu dou meu pitaco, mas o trabalho  
571 é da equipe técnica, então conte com a gente para construir, para avançar nessas agendas, que eu  
572 tenho certeza que nós vamos cumprir todos os compromissos que a gente tem se colocado porque  
573 não são compromissos da boca para fora. São ações efetivas e um trabalho muito alinhado com todos  
574 vocês. Obrigado.

575  
576 **01:06:10 Natalia Resende:** Obrigada, Jonatas. Eu tinha anotado alguns pontos aqui, muitos já foram  
577 explanados pelo Jonatas, do conselho Fernando, a gente está em constante contato, e acho que a  
578 intenção é essa, a gente aprimorar e aí trazer também o Jonatas, quem precisar para discussão. A  
579 questão lá do acesso, eu só queria agradecer muito, Rodrigo, à Fundação Florestal, a Cetesb também,  
580 Maila, porque de fato, a gente está correndo bastante para a gente resolver o problema, e a gente sabe  
581 que é um problema histórico, e é um problema que eu sempre falo, eu não gosto de olhar para trás, a  
582 gente tem que olhar para frente e resolver. A gente está aqui para isso, para resolver. E, óbvio, sem  
583 desconsiderar tudo o que aconteceu já, o que, enfim, já foi apontado em autos judiciais, só que eu  
584 acho que a gente tem que resolver, tem que sentar e tem que programar, tem que planejar e executar.  
585 Então, foi muito nessa linha que a gente foi lá, a gente visitou, não só esse problema, mas vários  
586 outros, que é isso, a gente tem que endereçar, fazer um plano como a gente tem feito, em conjunto, e  
587 é muito nessa linha que, poxa, a gente foi lá em julho, mais ou menos, acho que foi. A gente já tem  
588 um Eia protocolado, a gente já tem um cronograma, o cronograma todo certinho para a gente começar,

589 vai, do segundo trimestre, voltar primeiro semestre, mas depois das chuvas também, que a gente tem  
590 essa limitação de obras, principalmente ali naquela região, por conta das chuvas. Então, enquanto  
591 tem o período de chuvas, a gente vai acabar de finalizar esses procedimentos legais administrativos,  
592 junto da Cetesb, da Fundação Florestal e começar de fato e finalizar a obra. E acho que é isso que a  
593 gente tem que levar também para a população, informar, para o judiciário, para o Ministério Público,  
594 que muitas vezes não enxerga o esforço que a gente está fazendo aqui. E é um esforço, porque a gente  
595 sabe da prioridade. É um esforço que a gente faz com muito carinho e com muita veracidade. Então  
596 acho que isso é bom também a gente passar para todos os atores que estão envolvidos. E também  
597 sempre com a participação das associações, da sociedade civil, então a gente sempre agradece  
598 também, Fernando, a participação de vocês, e vamos avançar, melhorar no que precisar. O  
599 conselheiro José Fernando falou da questão de redução de recursos nos municípios, de fato, isso é  
600 um problema real e a gente tem conversado com muitos, muitos, muitos municípios, muitos. Nos  
601 últimos meses, nas últimas semanas, na verdade, eu acho que está beirando aí uns 400. A gente deve  
602 já ter conversado, reconversado, fazendo discussões, principalmente também por conta da Sabesp  
603 para explicar, para falar, para ter um diálogo sempre muito transparente, e uma coisa que vem de  
604 reclamação é exatamente a questão dos recursos que foi colocado aqui da parte federal e no que toca  
605 o estado, e isso é uma coisa que o governador tem falado muito, porque ele também tem capitaneado  
606 essas reuniões, do que o estado está fazendo em todas as áreas. Então a gente está tentando ajudar no  
607 que a gente consegue, da parte de saúde, turismo, aqui da nossa parte também de meio ambiente, das  
608 diversas formas que a gente consegue, porque o estado também foi impactado. Então, se você olhar  
609 a arrecadação do estado também foi, não só dos municípios. Como os municípios têm uma fragilidade  
610 maior, a gente está tentando ajudar em tudo o que a gente consegue. E aí, em todas as áreas, não só  
611 aqui da Secretaria. Aí estou fazendo um relato aqui, porque é algo que eu tenho ouvido em todas as  
612 reuniões com os municípios. De fato, é um problema, de fato, a gente tem que dar a mão, ver como  
613 é que a gente consegue ajudar. E o estado tem se mostrado muito presente. Eu tenho acompanhado  
614 bem de perto, junto com o governador, tenho ouvido, e ele tem dado essa prestação para os próprios  
615 prefeitos, diretamente, e para os parlamentares também. Já foi colocado aqui o que a conselheira  
616 Gilda falou, o Daniel, o Rodrigo, já pontuaram, não vou me estender. Rogério, que você trouxe aqui  
617 do Reconnecta é muito importante, muito. E é isso que o Jonas colocou, a gente tem que fomentar  
618 essas práticas que, muitas já vem e outras que a gente tem que dar escala. E aí a gente tem que usar  
619 também a criatividade, porque a gente sabe que recurso público é escasso, e o que a gente quer quando  
620 a gente fala, quando a gente está preparando um portfólio verde, que a gente está brincando aqui para  
621 a COP, para trazer as pessoas também para ajudar a gente, para a gente não ficar só dependente de  
622 recurso público. Trazer financiamento, para a gente fazer parcerias com associações diversas, entre  
623 estados, enfim, a gente tem que fazer isso para ganhar escala. E é esse esforço conjunto mesmo.  
624 Então, conta aqui com a gente, com o que precisar, já existe esse convênio, acho que a intenção é a  
625 gente colocar cada vez mais em voga e trazer mais parceiros para ajudar a gente nisso. Do Fórum,  
626 vai ser um prazer contar com a gente, com a nossa participação, e da TCFA o edital foi publicado,  
627 vamos seguir estritamente lá no nosso cronograma para fazer com toda a celeridade necessária isso.  
628 A conselheira Rosa trouxe a questão do tema das comissões e acho ótimo o quanto a gente conseguir  
629 ser mais célere e mais resolutivo melhor, acho que até, Anselmo, depois, vou só acabar de falar sobre  
630 os pontos, aí acho que compensa falar um pouquinho do cronograma até para a gente dar

631 previsibilidade, e aí, sempre segui também uma pauta construtiva e deliberativa, que é o que eu acho  
632 que é o que a gente procura aqui também no conselho. A questão dos resíduos, acho que Evaldo deve  
633 ter falado, no âmbito lá da comissão, a gente está acabando de gestar um programa parecido com o  
634 Universaliza para água e esgoto, a gente está acabando de fazer para resíduos, muito no sentido da  
635 gente olhar também de forma regionalizada, para dar escala e para a gente olhar para o  
636 aproveitamento do resíduo, da valorização do resíduo. Então a gente tem que começar a focar nisso,  
637 até para aterro, por exemplo, ser rejeito. A gente tem um problema no estado de São Paulo de, nos  
638 próximos anos, ter a vida útil de vários aterros em finalização. Então a gente tem que começar a  
639 pensar em forma de escala, e aí é muito nessa linha que a gente está caminhando, com o programa  
640 que a gente deve lançar mês que vem, a gente está acabando de formatar, mas é muito nessa linha,  
641 regionalização, aproveitamento de resíduos, economia circular, e aí envolve questões de  
642 descarbonização, porque a gente sabe que, inclusive, é um dos eixos do nosso plano, que é resíduos.  
643 Então a gente está fazendo de uma forma bem concatenada. Conselheiro Eduardo falou dos  
644 mecanismos, que é algo que a gente vem discutindo, e isso é muito interessante, porque, da  
645 perspectiva do estado, enquanto regulador, a gente fala na teoria, e aí, fazendo agora uma tradução  
646 totalmente livre, que a gente tem basicamente três formas de mecanismos, que é o sermão, o chicote  
647 e a cenoura, na tradução livre aqui para o português, e a gente tem tentado, dentro desses eixos, e eu  
648 acho que a gente tem que tentar mais, e tem que trazer também os municípios, na linha do que a gente  
649 conversou, para ver como é que a gente agrega esses mecanismos. Então, quando a gente fala do  
650 sermão, é muito numa questão de capacitação que a gente está fazendo, por exemplo, do Zoneamento  
651 Ecológico Econômico, junto com os municípios. O plano que a gente está fazendo até 2026 dessas  
652 capacitações, o próprio Município Verde Azul, o programa que a gente está em constante  
653 aprimoramento, é muito nessa linha da gente ter uma melhoria cultural, melhoria de educação mesmo,  
654 como a gente até vai falar hoje aqui, a Rita vai mostrar também no tópico 2, então é muito isso  
655 também, é uma das formas, querendo ou não, o Município Verde Azul é até uma forma de —  
656 (ininteligível) 14:14:36 vou colocar aqui, que é de você mostrar quem é que está, de fato, preservando,  
657 restaurando, e estimular comportamentos semelhantes. É uma forma de mecanismo. A outra é  
658 financeira, que é um incentivo que, de fato, a gente precisa ser inteligente o bastante para a gente  
659 criar incentivos positivos e não perversos, que a gente fala. Então, por exemplo, quando a gente  
660 encaminhou a emenda Constituição Estadual e o projeto de lei para poder dobrar o ICMS ambiental  
661 em municípios que preservam e que restauram, e que conserva, e que tem áreas de conservação, é  
662 exatamente para você dar esse incentivo positivo para ter mais municípios que façam isso e, inclusive,  
663 para aqueles que preservam serem valorizados, o que acontece muito aqui no estado de São Paulo em  
664 áreas de vulnerabilidade social, que é no Vale do Ribeira, que são municípios que provavelmente vão  
665 ser beneficiados. Então, isso a gente está em discussão na Assembleia, para a gente conseguir concluir  
666 esse processo que a gente mandou, é uma das formas de mecanismo. E a outra é a própria fiscalização  
667 que você comentou bem, que é o *enforcement* que a gente tem, seja em multa, seja advertências,  
668 embargos, que a gente precisa fazer sem esquecer essas outras. Então tem que ser tudo congregado,  
669 concatenado, e aí, nessa linha que você colocou bem, trazer os municípios, porque a gente tem papéis  
670 e responsabilidades que a gente, querendo ou não, encontra ali os nossos limites, mas que a gente  
671 precisa fazer o tal do federalismo de cooperação, que hoje virou de integração, né? Que a gente  
672 procura. Outro dia eu li sobre isso, achei bem interessante. Bom, do Djalma, o Jonas já comentou

673 aqui do manual. A parte, Daniel, que você comentou muito bem das concessões. Eu acho que isso é  
674 algo que a gente tem que fazer, sempre com muita responsabilidade. Até, Fernanda, não sei se lembra  
675 a gente, quando eu estava lá no Vale, a gente conversou também um pouquinho sobre isso e com o  
676 pessoal lá de turismo da região, porque é uma forma, querendo ou não, da gente fazer contratos de  
677 longo prazo, e não são privatizações, é importante a gente falar isso, são bens reversíveis públicos,  
678 que voltam, mas que a gente, muitas vezes, precisa fazer esse tipo de contrato para ter a parceria e  
679 para conseguir fazer mais investimentos que se amortiza a longo prazo. E aí, você foca a Fundação  
680 Florestal, a nossa coordenadoria de parques, de fato, na nossa missão precípua, vou colocar assim, e  
681 traz um parceiro para ajudar a gente a fazer mais investimento, a melhorar a gestão, e isso a gente  
682 consegue congrega, por exemplo, com a valorização da população local, colocando alguma  
683 porcentagem, como foi em Ubatuba, permissão que foi feita, então tem muitas formas da gente fazer  
684 um processo responsável para melhorar o desenvolvimento local e regional, que é o que a gente está  
685 desenvolvendo quando a gente qualificou lá no nosso programa de parcerias outras concessões e  
686 permissões de parques, de forma geral. E, enfim, só finalizando aqui, é porque o Jonatas não está  
687 mais aqui, porque ele que fica me cutucando aqui para eu parar de falar. Da hidrossemeadura, uma  
688 iniciativa muito interessante da Fundação Florestal que eu deixo aqui meus agradecimentos, Rodrigo,  
689 todo o trabalho que vocês fazem. Acho que vale muito a pena a gente acompanhar e trazer aqui no  
690 CONSEMA nas próximas reuniões, e essa parte dos povos originários até, é uma coisa que a gente  
691 criou, foi um compromisso nosso, a gente colocou lá no PPA, se vocês olharem, porque a gente tem  
692 que fazer um esforço conjunto de, seja nessa linha de trazer mais financiamentos e também buscar  
693 apoio dos próprios parlamentares, inclusive, através de emendas, para a gente conseguir também, não  
694 só ter a linha, mas de fato executar os programas que a gente tem já desenvolvidos, que a gente está  
695 desenvolvendo, que são muito bons, muito robustos. E aí a gente precisa ver como é que a gente faz  
696 essas fontes também de financiamento para poder caminhar ainda mais, tá bom? Chega, né?

697  
698 **01:18:49 Anselmo Guimarães:** Obrigado, secretária. Então, só fazendo esses esclarecimentos sobre  
699 as Comissões Temáticas, primeiro foi muito importante a conselheira Rosa Ramos ter trazido esse  
700 assunto, até a gente, primeiro, reconhecer o esforço que tem sido feito aqui pelos conselheiros e  
701 conselheiras. Se eu for pegar só essa semana, nós estamos com três reuniões das Comissões  
702 Temáticas, mas no plenário, ou seja, no espaço de oito dias, são quatro reuniões do CONSEMA, ou  
703 seja, os conselheiros dia sim, dia não, estão aqui junto com a gente, tem conselheiro que está  
704 participando das quatro, né? Então, agradeço aqui, reconheço esse esforço. Com relação ao que a  
705 conselheira trouxe, até da gente ir trazendo as pautas e colocando para o plenário, primeiro, com  
706 relação a do licenciamento municipalizado, ela já está num estágio muito avançado, amanhã nós  
707 vamos ter a reunião, já em vias já de encerramento da proposta. A Anamma, por meio do conselheiro  
708 Rogério Menezes e a doutora Andréa Struchel, que está trabalhando diuturnamente nessa agenda, já  
709 está adiantando bem o relatório para que a gente possa submeter ao conhecimento, porque na  
710 sequência, antes de ir a plenário, terá que ser submetido à consultoria jurídica da pasta, e a previsão  
711 é de que seja pautado, submetido, na reunião plenária de dezembro, secretária, para que a gente já  
712 possa fechar o ano com chave de ouro. E essa ansiedade que todos os municípios, eu acho que toda  
713 a sociedade está com essa agenda seja suprida. A Maila, aqui pela Cetesb, está brilhantemente  
714 também trazendo, junto com a equipe do grupo técnico da Cetesb, os posicionamentos também e

715 fazendo contraponto, e incrementando bastante os debates. Então, com relação ao licenciamento  
716 municipal, esse é mais ou menos o cronograma que os conselheiros aceitaram, toparam, se  
717 comprometeram, registro aqui que todas as participações estão sendo muito importantes. Conselheiro  
718 Prioste, que está trazendo bastante apontamentos, o Ministério Público, todo mundo tá bem  
719 interessado nisso. Sobre a Comissão de Políticas Públicas, de fato, a proposição de se... Foram  
720 encaminhadas duas legislações específicas, além da tarefa da logística reversa, também, que está  
721 encaminhamento, decidiu-se nas últimas reuniões separar essas demandas justamente para que a  
722 gente não aguarde o encerramento dessas para encaminhamento ao plenário, então, dessas legislações  
723 específicas, das APRMs, foi priorizada agora as APRMs Guaió e também do Cabucu Tanque-Grande,  
724 para que ela seja submetida antes ao plenário do CONSEMA. As agendas das Comissões Temáticas  
725 estão bem carregadas, as propostas de novas agendas, obviamente, elas precisam passar pelo plenário,  
726 as comissões temáticas elas atuam sob delegação do plenário como órgão auxiliares. Então, com  
727 relação a essas propostas, conselheiro, até sugiro, solicito que sejam encaminhadas para a gente de  
728 maneira formal, para que a gente submeta ao plenário, obviamente com o escopo do estudo, para que  
729 a gente possa delegar o plenário, certamente, de acordo com o cronograma, com o encaminhamento  
730 das demandas. Mas, obviamente, que são bem produtivas e a gente precisa também dessa entrada,  
731 desse input da sociedade civil, e eu agradeço então, pelas suas considerações. Secretária, era isso, não  
732 sei se já esgotou, acho que a Mayla também queria fazer algum acréscimo.

733  
734 **01:22:19 Mayla Fukushima (Cetesb):** É só para esclarecer, assim, corroborando com o que a  
735 secretária falou, Rodrigo, eles comentaram sobre o EIA de Bombas, ele foi protocolado, então isso  
736 foi planejado, foi discutido o cronograma com a Fundação Florestal, com a pasta, então está todo  
737 mundo priorizando essa demanda, a gente sabe da importância dessa obra para a comunidade, e a  
738 Cetesb já está se debruçando sobre análise do documento que foi protocolado essa semana. Então,  
739 exatamente para poder cumprir com o cronograma que está previsto. Outra coisa é em relação à  
740 questão que a conselheira Gilda levantou, a gente solicitou uma informação da equipe técnica, e  
741 depois a gente submete para o CONSEMA. Obrigada.

742  
743 **01:23:09 Anselmo Guimarães:** O Coronel gostaria de fazer um complemento.

744  
745 **01:23:20 Eduardo Leduc:** Só para um esclarecimento, até porque a Cetesb acabou de mencionar, é  
746 só para esclarecer, esta área que a Gilda trouxe era uma área pública, era uma área do município que  
747 foi desmatada e foi compensada por uma outra área que era do município, dentro do parque, e como  
748 o parque era do município, então se isso valer, dá para desmatar toda a área da encosta e só preservar  
749 o parque, porque era do município. Então, eu acho que é um precedente perigoso, o conselho de meio  
750 ambiente da Ilhabela não participou, o conselho do parque também não discutiu, então eu acho que  
751 é só um alerta, eu não sei o que a lei fala sobre isso, é um alerta que são precedentes que podem então  
752 abrir a porta para desmatar tudo o que for no entorno do parque, porque era do município, ele está  
753 compensando com ele mesmo, obrigado.

754  
755 **01:24:14 Cel. Dinael Carlos Martins:** Boa tarde a todos e todas, com a permissão da secretária, eu  
756 só queria pontuar algumas coisas: a questão dos povos originários, nós tivemos uma reunião com o

757 secretário Anderson para ajustar os detalhes da fiscalização, polícia ambiental, a CFB. Nós já estamos  
758 discutindo essas questões para a gente analisar juridicamente, ver quais são os problemas, se você  
759 tiver algum caso concreto, a polícia ambiental fica aberta, pode mandar para a gente, que com casos  
760 concretos a gente vê quais são os problemas, qual o erro de interpretação ou não para a gente sentar  
761 e conversar e ajustar a fiscalização da polícia ambiental de acordo com a norma e com as regras que  
762 estão postas. Quanto à reunião em Caraguatatuba, nós fizemos um alinhamento também da questão  
763 da fiscalização, como nós podemos implementar as nossas atuações e também fizemos alguns  
764 esclarecimentos sobre as dificuldades que temos operacionais, de meios e efetivo, que são questões  
765 que demandam algum tempo para a gente ir ajustando. Por fim, também foi falado sobre o  
766 COMDEMA, também nós normatizamos na polícia militar ambiental, a participação dos oficiais  
767 nossos, comandantes de pelotão, companhia e batalhão, nos COMDEMAS das sedes das Unidades  
768 também para nós termos uma maior participação do policiamento ambiental nesses órgãos, de acordo  
769 com os escalões de comando e aonde o COMDEMA efetivamente tem funcionado nos municípios.  
770 Então, seriam essas as considerações que eu queria colocar. Obrigado, secretária.

771  
772 **01:26:03 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro, todos os apontamentos, então, já foram  
773 registrados, comentados, inclusive com a tréplica, tudo isso devidamente registrado. Gostaria só de  
774 pedir aqui a colaboração de todos já para a gente entrar na ordem do dia, são 10 horas e 38 minutos.  
775 A gente tem uma pauta que, inclusive, foi proposta aqui em plenário e já na ordem do dia, o primeiro  
776 item vamos abordar a estratégia climática do estado de São Paulo, o Plano de Ação Climática - PAC  
777 2050, e o Plano de Adaptação e Resiliência Climática. Para isso foi incumbida de fazer apresentação  
778 à conselheira Marina Balestero, que é Coordenadora de Planejamento Ambiental. Seja bem-vinda,  
779 Marina, para sua exposição, fique a vontade.

780  
781 **01:27:15 Marina Balestero (CPLA):** Uma plateia e um microfone para quem é tímido é um terror,  
782 mas vamos lá. Eu deixei minha colinha aqui também para ter um norte. Primeiramente, bom dia a  
783 todos e a todas que estão presentes aqui na plenária, que também estão acompanhando online. Quero  
784 começar agradecendo o espaço para trazer um resumo do que a gente tem desenvolvido na agenda  
785 climática aqui na Secretaria. O CONSEMA traz essa oportunidade da gente discutir, debater as  
786 políticas públicas estaduais, o que é uma parte muito importante para a construção e para o  
787 monitoramento dessas políticas. A gente está aguardando a apresentação ser colocada para a gente  
788 começar, mas eu já me adianto, o Anselmo já me apresentou, eu sou a Marina, eu sou especialista  
789 ambiental aqui na Secretaria. Atualmente estou respondendo pela Coordenadoria de Planejamento  
790 Ambiental, que é a Coordenadoria que já vem fazendo já há alguns anos esse papel de secretaria  
791 executiva de muitos desses projetos, do que a gente está chamando de estratégia climática do estado  
792 de São Paulo. Essa estratégia climática do estado de São Paulo, ela nada mais é do que um mosaico  
793 de ações que organiza as ações estaduais para trabalhar à frente das mudanças climáticas, tanto no  
794 que a gente fala sobre mitigação, quanto que a gente fala sobre adaptação. A agenda de mudanças  
795 climáticas foi instituída formalmente de forma organizada em 2009 com a Política Estadual de  
796 Mudanças Climáticas e seus regulamentos, e desde então, é uma agenda que vem evoluindo,  
797 amadurecendo, e esse formato que a gente tem trabalhado hoje ele começou a ser consolidado a partir  
798 de 2021, com o decreto que formalizou a adesão do estado de São Paulo para as campanhas *Race to*

799 *Zero e Race to Resilience*, caminho para zerar as emissões, e esse caminho para a gente melhorar as  
800 nossas estratégias de resiliência e adaptação climática da ONU. Esse decreto, ele também trouxe  
801 quatro grandes políticas estruturantes dessa estratégia climática, que seriam as políticas de energia,  
802 que a gente está com um plano estadual em fase final de desenvolvimento, capitaneado pela  
803 Subsecretaria de Energia e Mineração, o próprio PAC, que estabelece metas e ações voltadas para a  
804 redução das emissões de gases de efeito estufa, que foi aprovado e amplamente discutido e lançado  
805 aqui no CONSEMA no final do ano passado. Então, aqui o que eu estava falando para vocês, a  
806 estratégia climática composta por esse mosaico de ações. O decreto de 2021, ele traz essas quatro  
807 políticas estruturantes, que juntas, compõem o que a gente está chamando de estratégia climática. E  
808 aí eu estava colocando aqui para vocês fazendo esse panorama dessas quatro estruturantes, um plano  
809 de energia em desenvolvimento, pela Subsecretaria de Energia e Mineração, o PAC discutido aqui  
810 no CONSEMA e lançado no final do ano passado, traz essas estratégias para a gente buscar zerar as  
811 emissões de gases de efeito estufa até 2050 no estado de São Paulo; o Zoneamento Ecológico  
812 Econômico, que também foi discutido, apresentado aqui no CONSEMA, que traz uma série de  
813 informações e diretrizes aplicáveis, ele olha o estado a partir de cinco diretrizes estratégicas, propõem  
814 diretrizes aplicáveis para todas as zonas do estado de São Paulo; e o Plano Estadual de Adaptação e  
815 Resiliência Climática, que está em desenvolvimento. Então, aqui, só a gente trouxe alguns exemplos  
816 do que seriam esses outros projetos que compõem essa estratégia climática, e muitos deles já foram,  
817 inclusive, apresentados aqui na plenária, como por exemplo, o Plano Estadual de Meio Ambiente, o  
818 Plano de Resíduos Sólidos, de saneamento, de recursos hídricos, o Plano de Logística e  
819 Investimentos, o Integra Tietê, Universaliza, o Acordo São Paulo, o Programa Municípios Paulistas  
820 Resilientes, o Programa ABC +, da Secretaria de Agricultura, o Plano Estadual de Habitação, a  
821 própria PEMC, entre outros. A apresentação de hoje, ela vai focar em dois desses projetos, que é a  
822 gente, então, dar um retorno sobre a implementação do PAC e o processo de elaboração do Plano de  
823 Adaptação. Então, começando pelo de adaptação, que é o que a gente traz um maior número de  
824 informações novas para vocês. A gente tem como principal premissa do processo de elaboração do  
825 plano de adaptação adotar como subsídio tudo o que já foi produzido e está em andamento pela casa,  
826 pelo governo do estado. Então a gente trouxe aqui também alguns exemplos de que produtos, de que  
827 programas e projetos seriam esses, que seriam o nosso V zero, a base da onde a gente está partindo  
828 para elaborar esse plano de adaptação. Então, um exemplo aqui é o material que veio do workshop  
829 das cadeias de impacto, realizado em parceria com a GIZ no final do ano passado, o próprio PAC,  
830 para a gente fazer os co-benefícios, entre adaptação e mitigação climática, Municípios Paulistas  
831 Resilientes, o próprio Zoneamento Estadual, o Programa Estadual de Prevenção de Desastres  
832 Naturais e Redução de Riscos Geológicos, o inventário florestal, o Refloresta, o Biota Síntese, o  
833 Plano ABC +, entre outros. Então isso, com essa premissa a gente tem um V zero da onde a gente vai  
834 partir. Dentre todos os desafios que a gente tem nesse processo de elaboração, a gente pensou um em  
835 especial, que é um que traz um caráter inovador também para essa política, que é como a gente  
836 trabalha, internaliza a questão da justiça climática no Plano de Adaptação, que é um conceito  
837 importante, relevante, principalmente quando a gente fala de adaptação climática, de quem vai sofrer  
838 os impactos primeiro, então é um conceito que a gente tem trabalhado, procurado parceiros para a  
839 gente entender qual é a melhor forma de introduzir a justiça climática no Plano Estadual de Adaptação  
840 e Resiliência Climática. Para isso, o plano vai abordar cinco eixos temáticos, então para cada um

841 deles a gente vai fazer a análise do risco climático atual e futuro. Esses eixos são: a biodiversidade,  
842 a zona costeira, a segurança hídrica, a segurança alimentar e a saúde única. E como temas transversais  
843 a gente tem as populações vulnerabilizadas, a infraestrutura e logística. O que seria as populações  
844 vulnerabilizadas? A gente está ampliando o conceito, não seriam só aquelas que estão localizadas em  
845 áreas de riscos geológicos, mas aquelas que estão mais sensíveis aos efeitos das mudanças climáticas,  
846 por estarem mais expostas aos riscos identificados para cada um dos temas e possuírem menor  
847 capacidade de adaptação a eles, então a ideia é que a gente tenha um conceito de populações  
848 vulnerabilizadas ampliado. Além disso, daquela base dos projetos que vão dar esse suporte para  
849 elaboração do plano, eu selecionei dois para destacar aqui, um deles é o Zoneamento Ecológico  
850 Econômico Estadual, não porque ele está na Coordenadoria de Planejamento Ambiental, mas porque  
851 ele traz também uma diretriz específica de resiliência às mudanças climáticas, então a gente tem  
852 informações de diagnóstico, de prognóstico, de diretrizes aplicáveis com esse foco de resiliência a  
853 mudanças climáticas para todo o estado, e também o ZEE traz as projeções climáticas que a gente  
854 quer absorver dentro do Plano de Adaptação. O outro programa é o Municípios Paulistas Resiliente,  
855 que seria a nossa ponte com os municípios, com planos municipais e regionais de adaptação. E aqui  
856 eu trouxe também um conceito que é relativamente novo, pelo menos para mim era, que é o de saúde  
857 única, para a gente também deixar esse conceito nivelado entre todos nós, que é esse conjunto do  
858 bem estar humano, bem estar animal e da boa qualidade de meio ambiente. Então, dando um pouco  
859 do foco que a gente quer apresentar para cada um desses eixos temáticos. Então, para a biodiversidade  
860 a gente tem o olhar tanto para a Matar Atlântica quanto para o Cerrado, olhando a avaliação dos riscos  
861 climáticos sobre a distribuição dos biomas e dos serviços ecossistêmicos, avaliando as fontes de  
862 degradação como queimadas e aumento de temperatura. Para a saúde única, a gente quer dar um olhar  
863 especial para as áreas periurbanas, para a gente avaliar os riscos climáticos do aumento das  
864 incidências de arboviroses e/ou zoonoses, como, por exemplo, a febre amarela, febre maculosa e a  
865 dengue. Na segurança alimentar, o foco é a agricultura familiar, então a gente avaliar o risco sobre a  
866 produção dos alimentos e a capacidade do cidadão de acessá-los. Na segurança hídrica, ter um foco  
867 especial para as regiões metropolitanas e a gente avaliar sobre o risco sobre a disponibilidade hídrica,  
868 tanto de qualidade quanto de quantidade, para atender o uso de abastecimento humano, atividades  
869 econômicas e de ecossistemas aquáticos. E, por fim, a zona costeira, que é um tema e uma região do  
870 estado que, por ter características específicas, e sofrer impactos que só vão ocorrer ali, a gente achou  
871 que seria motivo de destaque para a gente olhar tanto a região costeira como a questão dos oceanos.  
872 Então a gente avaliar variáveis geológicas, hidro meteorológicas, oceanográficas e climáticas para a  
873 zona costeira. E Plano a gente imagina que ele vai ter quatro grandes produtos: essas diretrizes para  
874 elaboração do Plano Estadual, que é um pouco desse conteúdo que eu estou trazendo para vocês hoje  
875 aqui; a análise do risco climático para os cinco temas, então atual e futuro, especializados, para a  
876 gente poder fazer uma priorização. A partir dessa priorização, a gente então trabalhar com a definição  
877 de medidas de mitigação e monitoramento, para então a gente ter uma versão final deste Plano de  
878 Adaptação. Quando a gente coloca esses produtos dentro de um cronograma, a gente imagina mais  
879 ou menos essa distribuição, então, a gente finalizando agora em novembro as diretrizes do Plano  
880 Estadual, então esse conjunto de propostas e critérios que vão dar essa base, a partir do ano que vem  
881 a gente começar a pensar nas metodologias de como internalizar os temas transversais das populações  
882 vulnerabilizadas, infraestrutura e logística, e também as metodologias de avaliação de risco para, no

883 final do primeiro semestre, a gente já ter isso especializado e correlacionar com a localização dessas  
884 populações. No segundo semestre, a gente começaria a pensar, então, em medidas de adaptação,  
885 diretrizes, ações e indicadores, para ter uma versão para ser disponibilizada para consulta pública em  
886 agosto, e no final do ano a gente ter essa versão finalizada, isso é o que a gente tem de mais novo e  
887 mais organizado quando a gente fala de adaptação dentro dessa estratégia climática do estado de São  
888 Paulo. Agora passando para implementação do PAC, então a gente sai da adaptação, entra na  
889 mitigação, entra na emissão de gases de efeito estufa para gente relembrar o contexto da onde a gente  
890 está dentro do PAC, a gente trouxe esses dois gráficos que mostram os padrões de emissão, tanto do  
891 Brasil quanto de São Paulo, e os cinco grandes eixos, temas, setores, acho que a melhor palavras é  
892 setores que mais emitem gases de efeito estufa e que são objeto de ações propostas no PAC, que aqui  
893 é o transporte, agropecuária, florestas e uso do solo, que a gente chama de AFOLU, a energia, os  
894 resíduos sólidos e a indústria e uso de produtos. Aqui a gente consegue ver a diferença de padrão  
895 entre o Brasil e São Paulo. No Brasil mais da metade do padrão das emissões é do setor do AFOLU,  
896 da mudança do uso do solo, e em São Paulo, apesar de ter uma parte representativa dessas emissões,  
897 quando a gente olha combinado transporte e energia, que são dois temas que são muito relacionados,  
898 um depende muito do outro, a gente vê a grande diferença. Então, energia e transporte são dois setores  
899 muito relevantes para a gente pensar em redução de emissão no estado. Então, com o PAC lançado  
900 no final do ano passado, definindo ações, sub ações e medidas de mitigação, a gente começou a pensar  
901 internamente em como implementar, e as premissas desse plano de implementação seriam essas: a  
902 gente valorizar, então a articulação interna, externa e a transparência, a valorização dos espaços de  
903 governança, explorar as sinergias com os programas correlatos, e o estabelecimento de uma rotina e  
904 de processo de monitoramento, reporte e verificação, que é muito importante quando a gente fala de  
905 redução de emissão, a gente precisa medir quanto a gente está, de fato, deixando de emitir de gases  
906 de efeito estufa. Para isso, a gente organizou essa metodologia, esse plano de trabalho em duas fases,  
907 uma primeira fase interna à Secretaria, onde a gente está organizado agora em cinco grupos de  
908 trabalho, cada um por eixo temático, para a gente poder correlacionar então o que foi previsto no  
909 PAC como uma ação com os projetos e programas que vão ser desenvolvidos pela Secretaria nos  
910 próximos anos. O horizonte deste plano de implementação é 2030, então, a gente está priorizando as  
911 ações imediatas e de curto prazo. Também vai começar agora a discussão das estratégias para inclusão  
912 dos temas transversais de educação ambiental e inovação e finanças verdes, que aqui é importante a  
913 gente também garantir essa correlação com as fontes de recurso para garantir que essas ações saiam  
914 do papel. Na segunda fase a gente começa então a sair de dentro da Secretaria, olhar para os outros  
915 atores externos, então a gente começa a conversar com as outras secretarias de estado, que também  
916 têm ações previstas nessa implementação do PAC, e os demais atores relevantes da sociedade que  
917 estão envolvidos no tema. A definição da metodologia de acompanhamento dessa implementação do  
918 PAC, e a gente pensar nos formatos e nesse processo da elaboração dos relatórios de monitoramento,  
919 reporte e verificação. Organizando isso dentro de um cronograma, então a gente teve em agosto a  
920 aprovação dessa estrutura de plano de implementação. Em setembro, a gente começou a se organizar  
921 internamente e a formar esses grupos de trabalho. Agora, no final de outubro, a gente quer finalizar  
922 a elaboração desse plano de implementação para, a partir de novembro, a gente começar a  
923 desenvolver, então, a partir das reuniões bilaterais com outras secretarias e trabalhar a questão da  
924 governança com a publicação do decreto de governança e a instituição da comissão estadual de

925 mudanças climáticas. Falando em governança, nossa estrutura interna que está para o  
926 desenvolvimento desses dois programas é a seguinte, então a gente tem uma coordenação geral do  
927 gabinete da SEMIL e da assessoria de mudanças climáticas e sustentabilidade, que atualmente é  
928 capitaneada pela Karina Dolabella, coordenação técnica é da Subsecretaria de Meio Ambiente, a  
929 Secretaria Executiva da CPLA. Então os grupos de trabalho com especialistas da SEMIL organizados  
930 e contando com a participação do CONSEMA nesse processo. E o apoio da GIZ, tanto na definição  
931 de metodologias quanto na contratação de consultores para apoiar esse processo. Já finalizo agora.  
932 Queria finalizar também agradecendo de novo o espaço, a oportunidade de trazer isso para vocês e  
933 agradecer também toda a equipe da SEMIL, que está se dedicando e participando das inúmeras  
934 reuniões que a gente tem organizado nos últimos dias para dar conta de toda essa agenda, para a gente  
935 poder organizar o material que vai ser levado para a COP, também pela secretária, e também  
936 agradecer especialmente a equipe da CPLA, que deixa o meu trabalho de representante muito mais  
937 fácil, e que eu tenho super orgulho de fazer parte. Obrigada.

938  
939 **01:45:34 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, muito pontual a apresentação dela, no tempo que a  
940 gente combinou antes, uma vitória. E agora nós vamos aos debates, então aqui abrimos para os  
941 comentários e questionamentos dos conselheiros. Vou anotando aqui, conselheiro Leduc, conselheiro  
942 Prioste, conselheira Rosa Ramos, conselheira Gilda, a doutora Cláudia do Ministério público. Então  
943 vamos começar aqui pela ordem, conselheiro Eduardo Leduc, por favor.

944  
945 **01:46:27 Eduardo Leduc:** Em primeiro lugar, quero te parabenizar pela excelente apresentação,  
946 excelente trabalho. O nome do projeto, até que fala claramente dessa resiliência climática, é  
947 espetacular. Às vezes só se fala do extremo ou se fala de mudança, aí fica aquela discussão teórica  
948 sobre o que é mudança, o que não é, então acho que vocês pegaram uma coisa super bacana. Ela é  
949 super multidisciplinar, né? Isso é um outro ponto muito forte. Eu venho sugerindo, e vocês colocam  
950 também claramente um pilar dos municípios costeiros, então, novamente, agradeço por isso. É  
951 fundamental ter esse olho pela diferenciação e pela exposição que tem. E eu tenho feito algumas  
952 propostas no município de que eles chamassem até a sua Câmara, seu Conselho de Meio Ambiente,  
953 mudasse para Conselho de Meio Ambiente e Resiliência Climática, nestes casos, porque não dá para  
954 tratar um separado do outro. E isso conversa, a resiliência climática conversa com todas as áreas da  
955 prefeitura, não só com o meio ambiente, inclusive, com a área da saúde, com a área todas que  
956 estariam, então a gente teria um Conselho de Meio Ambiente e Resiliência Climática, onde o tema  
957 seria mais perpétuo, obrigaria a se discutir nas prefeituras com mais frequência o tema de resiliência  
958 climática, e não só após uma catástrofe, conversaria com os mapas de risco, que a gente está falando,  
959 conversaria com os temas do GERCO, porque é uma base fundamental para essa discussão. Então,  
960 se a gente conseguisse, que levar novamente, falando de como os mecanismos, se os municípios  
961 fizessem um upgrade dos seus conselhos para incluir a resiliência, eu acredito que a gente conseguiria  
962 implementar melhor e não criar uma coisa separada.

963  
964 **01:48:17 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Eduardo Leduc, e vamos fazer uma rodada  
965 de manifestações e a gente passa para a Marina e para os comentários, pode ser? Conselheiro  
966 Fernando Prioste, por favor.

968 **01:48:26 Fernando Prioste:** Bom, parabéns também pela apresentação. Eu quero comentar dois  
969 temas específicos, um sobre os sujeitos e a vulnerabilidade climática, e a relação com povos  
970 tradicionais e agricultura familiar, porque esses sujeitos dependem muito, eles mantêm, na verdade,  
971 uma relação muito próxima com o meio, as roças, o modo de fazer, a época, a colheita das sementes,  
972 a guarda, qualquer mudança no regime de chuva, na temperatura, impacta de forma muito decisiva a  
973 vida desses sujeitos, né? Então acho que é algo a ser considerado nesse critério de prioridade, da  
974 vulnerabilidade, inclusive, porque talvez seja os que sentem primeiro esses impactos e os que têm a  
975 menor visibilidade a esses impactos, porque o desmoronamento em uma tragédia, ela tem um impacto  
976 inclusive nos meios de comunicação. A dificuldade de fazer a roça, o arroz que não deu porque o  
977 regime de chuva mudou, porque a temperatura mudou, não passa em nenhum lugar. Fora que esses  
978 mesmos sujeitos também carregam outros impactos, inclusive das medidas de meio ambiente, como  
979 por exemplo, no passado, a instituição de diversas Unidades de Conservação e sobreposição ao  
980 território dessas comunidades, o que historicamente, isso até hoje, dificulta ou inviabiliza, às vezes  
981 mesmo, esse modo tradicional de ser, fazer e criar das comunidades. Então, acho que é um debate  
982 muito importante de ser feito nesse prisma da prioridade dessas ações que são várias. E o segundo  
983 que não está abordado nessa questão, mas está lá também é do tratamento de esgoto, principalmente  
984 doméstico, nas áreas rurais, que é povos tradicionais, mas não só. Porque historicamente, foi algo  
985 muito negligenciado, ainda é. Os municípios, muito dificilmente dão atenção diretamente a essas  
986 questões, a maioria das ações está muito vinculada às ações do Ministério Público, ações judiciais e  
987 ao cenário nosso lá no Vale do Ribeira, de uma dificuldade muito grande de lidar de forma estrutural  
988 com o esgotamento sanitário, que traz problemas para a sociedade como um todo e que, há pelo  
989 menos a médio prazo, não vejo assim uma solução que resolva o problema que exista, mas que  
990 também que trate da dinâmica para o futuro, porque não basta resolver o que existe hoje, no futuro  
991 outras casas vão ser construídas, a dinâmica da vida ela existe e não é de solução complexa do ponto  
992 de vista tecnológico, talvez com algum recurso que precisa ser alocado, mas que é muito viável e  
993 acredito que o diálogo, principalmente com os menores municípios, menores em população mas com  
994 grande extensão territorial, como é o caso de Eldorado, por exemplo, como é o caso de Iporanga, é  
995 muito importante nesse debate. E também, aproveitando a oportunidade que também está muito  
996 vinculada a esses temas aqui, reconhecer que, de fato, o trabalho que foi relatado aqui com relação a  
997 Estrada de Bombas é um avanço significativo no período histórico. É importante conhecer a história  
998 para poder agir para o futuro, não para ficar remoendo o passado, mas um cronograma que coloca a  
999 possibilidade de início das obras no primeiro semestre do ano que vem, eu entendo, após as chuvas,  
1000 é um cronograma bastante, eu acho, que contempla bastante a necessidade do pessoal lá, em que pese  
1001 o pessoal continue a viver toda aquela situação, e agora o regime de chuvas se aproxima, vai mostrar  
1002 de novo essa dificuldade, o que o povo vive, mas eu entendo que tem um cronograma e seguir esse  
1003 cronograma, atenção da Cetesb com essa questão, para nós é bastante importante. E também saudar  
1004 que o PPA trata dessas questões relacionadas à povos e comunidades tradicionais na Fundação  
1005 Florestal, e fazer um pedido para que o planejamento dessas ações seja feito em diálogo com esses  
1006 sujeitos, porque ainda vou me inteirar melhor, de como é o recurso, de como a fundação trata disso,  
1007 mas isso também está muito vinculado, Rodrigo, na minha forma de ver com esse repensar da própria  
1008 Fundação, de como esses recursos e as prioridades vão se dar. Evidente, em função dos objetivos do

1009 estado, do governo, mas também com um diálogo com essas comunidades. E um dos pedidos,  
1010 inclusive, que está nesses ofícios que a gente está mandando, é justamente esses espaços de  
1011 governança e participação de povos e comunidades tradicionais, dentro da Fundação, fora dela, nós  
1012 tivemos no ano passado, o ano retrasado, o veto à criação de um conselho estadual de povos e  
1013 comunidades tradicionais, mas também aqui no CONSEMA. Eu acho que passou da hora desses  
1014 sujeitos terem um assento aqui, não só para discutir suas questões, mas que nós, que não somos  
1015 tradicionais, possamos aprender com a dinâmica de vida desses sujeitos também nesse trabalho. E  
1016 por último, que eu acredito, também tem muita relação com essa temática, que são as Unidades de  
1017 Conservação e as parcerias público-privadas. Eu não acredito que, e essa é posição institucional do  
1018 ISA, que as parcerias sejam um problema per si, a questão é como isso é feito. Se as empresas  
1019 precisam de garantias jurídicas para operar, as comunidades tradicionais também precisam. As  
1020 iniciativas que têm ainda são iniciativas que não tem esse, vamos dizer assim, corpo jurídico que dê  
1021 respaldo a essas comunidades, e também uma visão de que essas comunidades também podem ser  
1022 sujeitas a ativos, com uma importância muito mais alta nesse debate. E nós estamos fazendo um  
1023 debate semelhante, ou sobre esse tema, lá na recategorização do Petar com a comunidade Ribeirão  
1024 dos Camargos, discutindo especificamente duas questões que é: Caverna Casa de Pedra e o Mirante  
1025 da Caverna Casa de Pedra. Se isso vai integrar ou não o território da RDS, isso tem relação direta  
1026 com a governança dessas áreas. A RDS é uma Unidade de Conservação de domínio público com  
1027 presença de povos e comunidades tradicionais, essas áreas não sairiam de dentro do domínio público,  
1028 mas passariam a ter uma governança diferenciada porque essa RDS deveria ter ou vai ter, eu acredito,  
1029 um conselho gestor, paritário participativo das comunidades e com caráter deliberativo. Essas  
1030 amarras jurídicas são significativas e colocam para o futuro, realmente, ferramentas para que as  
1031 comunidades possam ter meios para sair da situação de vulnerabilidade, miserabilidade que tem lá.  
1032 O Rodrigo conhece lá Ribeirão dos Camargo, sabe a situação lá, não vai ser uma transformação  
1033 rápida, mas essas garantias são fundamentais, e o diálogo, sobretudo, para que seja estabelecido.

1034  
1035 **01:54:22 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Fernando Prioste. Convido agora para fazer  
1036 uso da palavra a conselheira Rosa Ramos.

1037  
1038 **01:54:31 Rosa Ramos:** Bem, também na mesma linha aqui, parabenizar pela apresentação, a gente  
1039 já tinha conhecimento do programa, acho que em outras oportunidades também já tinha sido  
1040 apresentado, mas entendo que essa seja uma pauta que deve ser perene. Eu acho que, de ora em  
1041 diante, esse tema tem que estar no calendário diário, não só daqui do CONSEMA, mas eu acho que  
1042 de todas as instituições. Então, nesse sentido, parabenizo um programa com uma metodologia, e acho  
1043 que cabe a nós, como eu disse, todas as instituições, fazer o acompanhamento disso, porque é  
1044 importante. Acho que não só para São Paulo, mas para todo o país. Acho que se todos se debruçarem  
1045 em cima de um programa dessa natureza, eu acho que a gente tem a oportunidade de não termos  
1046 questões tão relevantes ocorrendo, por exemplo, na questão dos recursos hídricos no norte do nosso  
1047 país, com rios que nós nunca imaginávamos ver secos, estão lá secos, com mortes de toda a natureza,  
1048 de fauna, pecuária, pessoas tendo que se deslocar em razão de acontecimentos que já estamos  
1049 vivenciando em relação às mudanças climáticas. Então, nisso aqui em relação à São Paulo, e eu queria  
1050 ouvir, inclusive, nós temos aqui no conselho a Associação Paulista de Municípios, eu acho que a

1051 própria Anamma, que representa uma grande parte de municípios, qual é o envolvimento que esses  
1052 municípios estão tendo no programa, como eles estão participando disso, afinal de contas, como a  
1053 gente costuma sempre repetir, é no município que a gente vive, e é lá que nós vamos sofrer as  
1054 consequências onde nós residimos. Então, por hora era só, mas secretária, por uma questão de ordem,  
1055 quero aproveitar a palavra até para não tomar mais tempo depois, para mencionar uma questão que é  
1056 em relação a uma portaria que trata do decreto estadual 8468, de 76, eu queria deixar isso pautado  
1057 também, em relação ao grupo de trabalho que foi criado para a discussão deste decreto, em razão do  
1058 seu grupo, que no meu ver deve ser ampliado, quero deixar isso registrado aqui para que a senhora  
1059 se debruce em cima, já existem outros questionamentos acerca disso e então, é importante que a gente  
1060 também traga esse debate aqui para o conselho. Obrigada.

1061  
1062 **01:57:29 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira Rosa. Agora vou passar aqueles que se  
1063 inscreveram, que estão acompanhando a gente aqui na videoconferência, então pela ordem da minha  
1064 anotação, é a conselheira Gilda Nunes, a conselheira Cláudia Habib, conselheiro Paulo Nelson e  
1065 conselheiro Ricardo Crepaldi. Então, chamo primeiro a conselheira Gilda Nunes, por favor.

1066  
1067 **01:57:58 Gilda Nunes:** Gostaria de parabenizar pela apresentação, pelo trabalho, e a minha dúvida  
1068 vai no sentido de, considerando aí que transporte e energia são os principais causadores dos gases de  
1069 efeito estufa no estado de São Paulo, eu pergunto se estão previstos nesse processo as novas etapas,  
1070 a exploração do pré-sal, como a etapa quatro, que está em fase de licenciamento, e como esse  
1071 instrumento se conversa com as políticas do governo federal. Eu entendo que os processos de  
1072 licenciamentos precisam incluir temas, como mudanças climáticas, e considerando, no caso, do pré-  
1073 sal, não apenas a extração, mais o transporte, a queima, e eu entendo que o estado de São Paulo  
1074 poderia se colocar na vanguarda desse tema. Obrigada.

1075  
1076 **01:58:51 Anselmo Guimarães:** Obrigado conselheira Gilda. Conselheira Cláudia Habib,  
1077 representante do Ministério Público, por favor.

1078  
1079 **01:58:59 Claudia Maria Lico Habib Tofano:** Bom dia a todos. Prazer em revê-los. Eu peço  
1080 desculpas pela câmera, mas a internet aqui está muito ruim. Já caí e entrei várias vezes. Agradeço ao  
1081 Anselmo por ter me aceitado essas vezes todas. Olha, eu quero, primeiramente, parabenizar pela  
1082 apresentação do projeto do programa. Nós já tínhamos tomado conhecimento com muita alegria na  
1083 semana passada, inclusive, houve uma apresentação pela secretária Natalia no Congresso do  
1084 Ministério Público, o Congresso Ambiental e de Habitação e Urbanismo, na quarta passada, e na  
1085 quinta, pela SEMIL, que fez essa apresentação. Então eu quero, primeiramente, parabenizar, dizer  
1086 que o Ministério Público reconhece todos os esforços que estão sendo feitos. E o nosso intuito é  
1087 sempre a atuação integrada, atuação de parceria em épocas de efeitos de mudanças climáticas  
1088 quebrarmos a cabeça junto, buscarmos soluções, não tem outra maneira, e é assim que a gente tem  
1089 procurado trabalhar, é assim, inclusive, cito vários exemplos aqui, doutor Rodrigo, da Fundação  
1090 Florestal, UDR também, enfim. E dizer que não tem como a gente pensar hoje na proteção da  
1091 biodiversidade sem a gente considerar as mudanças climáticas, os efeitos delas decorrentes, é  
1092 impossível a gente trabalhar a proteção ambiental sem considerar essa pauta. A gente tem vivenciado

1093 verdadeiros desastres ambientais causados por esse cenário, situações extremamente preocupantes e  
1094 já respondendo um pouquinho do que a conselheira Rosa colocou, sobre o envolvimento dos  
1095 municípios, nós temos trabalhado com os municípios em duas frentes, em termos de prevenção, por  
1096 exemplo, entraremos agora no período das águas, a necessidade que a gente tenha planos de  
1097 contingência, planos de pronta resposta, que a gente tenha medidas preventivas em função das chuvas  
1098 fortes que devem vir em dezembro, mas também no sentido dos municípios aderirem todos esses  
1099 programas para que o município tenha sua capacidade de resiliência devidamente desenvolvida e  
1100 fortalecida. Então o Ministério Público já vem trabalhando isso e não tem outra forma. Se a gente  
1101 quer trazer o planeta para patamares saudáveis novamente, patamares seguros, não tem outra forma  
1102 se não trabalharmos juntamente, temos sempre na nossa frente a pauta das mudanças climáticas, da  
1103 resiliência. E concordo também com que o conselheiro Prioste disse da importância da gente olhar o  
1104 saneamento rural. A contaminação causada, a poluição causada por esse cenário tão importantes que  
1105 a gente leve sempre nesse contexto o saneamento rural. E, mais uma vez, parabenizar pelo trabalho,  
1106 o reconhecimento aqui de um trabalho hercúleo, a gente sabe, e de extrema importância para o nosso  
1107 futuro e para as futuras gerações. Muito obrigada.

1108  
1109 **02:02:06 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, doutora Cláudia. Próximo inscrito, Paulo Nelson  
1110 do Rego.

1111  
1112 **02:02:19 Paulo do Rego:** Bom dia a todos. Primeiro queria parabenizar pela bela apresentação.  
1113 Realmente é um tema que é muito caro a todos os que acompanham o meio ambiente, a resiliência  
1114 ambiental é realmente uma questão que perpassa as nossas necessidades, e isso é um tema que, como  
1115 a conselheira Rosa nos falou, é uma agenda permanente, é uma agenda que nos obriga a acompanhar  
1116 diuturnamente essas questões a serem analisadas. Eu tive a grata surpresa de acompanhar a aula de  
1117 abertura da disciplina de pós-graduação, em que a nossa secretária Natalia deu sobre infraestrutura,  
1118 e mostrando toda a dimensão que o estado de São Paulo tem feito sobre a infraestrutura e o cuidado  
1119 do meio ambiente. Fico muito contente de ver as questões ambientais sendo levadas à academia para  
1120 discussões de grande relevância, e unindo à academia cada vez mais aos diversos conselhos, aos  
1121 diversos debates, que nos trazem a importância dos temas ambientais. A gente sempre traz as nossas  
1122 preocupações, eu acho que os debates às vezes eles não têm os aprofundamentos que a gente gostaria,  
1123 um pouco das nossas indignações nas próprias Comissões Temáticas que a gente às vezes não  
1124 consegue trazer os aprofundamento dos temas debatidos na forma que gostaríamos, mas isso faz parte  
1125 do jogo, a gente vai trazendo as nossas indignações, levantando, na medida em que for possível, mas  
1126 que a gente traga sempre e tenha presente essa dimensão da multidisciplinaridade e trazer esses temas  
1127 com a importância que eles devem ter. Obrigado.

1128  
1129 **02:04:43 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro, obrigado pela participação. Agora, o último  
1130 inscrito aqui para essa rodada, conselheiro Ricardo Crepaldi, da ABES.

1131  
1132 **02:05:02 Ricardo Crepaldi:** Bom gente, eu gostaria de usar esse momento somente para  
1133 parabenizar, claro, a ótima apresentação, e também parabenizar o colega Fernando Prioste. É uma  
1134 ótima fala, e eu vou pegar uma parte da fala dele que é muito importante, nós da ABES trabalhamos

1135 demais com isso e há décadas, que são as comunidades isoladas. Nós temos feito diversos trabalhos,  
1136 eventos e muita coisa. Às vezes nós esquecemos, a gente trata de cidades, mas mesmo dentro de  
1137 cidades, zonas urbanas, até zonas urbanas, nós temos problemas de comunidades isoladas onde o  
1138 saneamento ele não chega adequadamente. Então isso vai de encontro à nossa proposta, a proposta  
1139 do estado, para fazer universalização do saneamento. Então, deve ser pensado nas comunidades  
1140 isoladas. Temos municípios, como o município de Mairiporã, que é na grande São Paulo, que tem  
1141 muitas áreas de comunidades isoladas dentro da área urbana, por causa da questão do relevo, da  
1142 topografia, que é o caso também de muitas cidades do litoral do nosso estado. Dentro de uma gestão  
1143 da nossa coordenadora Ana Brasil, nós temos passado isso para todo o Brasil, inclusive com ajuda  
1144 até da própria Secretaria de Saneamento, do governo federal, vários eventos colocando sobre a  
1145 importância da gente ver a universalização do saneamento nessas comunidades isoladas. Claro que  
1146 sempre olhando, isso foi até um dos pontos que nós colocamos como ponto de contribuição no PAC  
1147 20/50, de ações climáticas, da preocupação na questão da remoção de metano e dos sistemas  
1148 anaeróbicos para pequenas comunidades. Então, tudo isso, eu só gostaria de colocar com a  
1149 importância desse tema para o nosso conselho, a gente tem que, de alguma forma, olhar para essas  
1150 comunidades isoladas, que elas podem ser de população normal, que é uma comunidade isolada, pode  
1151 ser de povos indígenas, pode ser de várias vertentes, mas que essas comunidades têm que ser  
1152 atendidas, e normalmente as comunidades isoladas tem um problema seríssimo com a questão, de  
1153 toda a questão ambiental, mas principalmente isso normalmente está vinculado ao baixo nível de  
1154 renda. Então eu faço um apelo que isso seja algum ponto de discussão sempre, sempre presente em  
1155 todas as temáticas que nós trataremos aqui no conselho, obrigado.

1156  
1157 **02:07:55 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Agora, com a palavra, a conselheira  
1158 Marina Balestero, por favor.

1159  
1160 **02:08:01 Marina Balestero:** Vou fazer um bem bolado aqui nos comentários também. Sim, a agenda  
1161 de mudanças climáticas é uma agenda que veio para ficar. Ela é super multidisciplinar e tem que ser  
1162 considerada assim de primeira quando a gente pensa na elaboração e na implementação das políticas  
1163 públicas. A questão da vulnerabilidade climática das populações mais vulneráveis das comunidades  
1164 tradicionais, das populações isoladas, é uma questão que a gente está trazendo. A gente colocou até  
1165 como uma de caráter transversal para a gente poder identificar diferentes populações vulnerabilizadas  
1166 em diferentes temas. E nesse desafio da gente trazer a questão da justiça climática para o debate, é a  
1167 gente também proporcionar espaços de participação para que a gente consiga internalizar, tanto os  
1168 conhecimentos quanto às demandas dessas comunidades. São as mais afetadas, que vão sentir esses  
1169 efeitos de forma mais inicial. Com relação, entre essas demandas, entra a questão do saneamento.  
1170 Dentro daqueles eixos, a gente imagina que é um tema que entre nos debates quando a gente fala de  
1171 segurança hídrica, porque interfere na disponibilidade. Quando a gente fala de qualidade, os recursos  
1172 hídricos, então a gente, anotou aqui porque esse é um tema que a gente garanta que de fato ele seja  
1173 debatido no momento que a gente for falar sobre os riscos de segurança hídrica. Com relação à  
1174 participação dos municípios, a gente imagina que essa ponte possa ser feita de diversas formas. A  
1175 gente, além do programa Municípios Paulistas Resilientes, que tem toda uma capacitação voltada  
1176 para a elaboração dos planos municipais e regionais de adaptação e resiliência climática, a gente

1177 também, como a secretária colocou no começo da reunião, as capacitações do ZEE, que também  
1178 trazem diversas ferramentas e informações para os municípios se organizarem e elaborarem seus  
1179 próprios planos. E o PMVA, que agora a gente está nessa fase de revisão da resolução e das diretrizes,  
1180 e a gente, nesse material que a gente terminou, estava consolidando, que veio de consulta pública, a  
1181 gente fechou a parte de mudanças climáticas mais robusta, tendo uma diretiva de adaptação a  
1182 mudanças climáticas, com diversas tarefas que os municípios são incentivados, vão ser incentivados  
1183 a fazer a partir do ano que vem, e também uma outra que trata de qualidade do ar, que vai tratar, né,  
1184 que ainda não saiu, que vai tratar de qualidade do ar e da redução das emissões de gases de efeito  
1185 estufa no âmbito municipal. Então, a gente também temos que começar a colocar a troca de frotas,  
1186 uso de iluminação pública com LED em pauta para as prefeituras. Com relação aos comentários sobre  
1187 as etapas da exploração do pré-sal, a gente tem a divisão das competências e da ação de cada um dos  
1188 entes da federação. Sim, a gente, nesse levantamento do plano de implementação, a gente tem  
1189 sinalizado o que é de competência estadual e de competência da Secretaria de Infraestrutura e  
1190 Logística, e de meio ambiente, infraestrutura e logística, mas também mostrando que tem muitas  
1191 ações que são de responsabilidade do governo federal e que vão demandar uma articulação entre São  
1192 Paulo e Brasília para a gente poder afinar essas diretrizes e essas ações, lembrando que a gente está  
1193 focando aqui no PAC, na implementação do PAC, na transição energética, daí é que a gente promova  
1194 ações que reduza o uso de combustíveis que emitam menos gases de efeito estufa. Eu não sei se a  
1195 Nati quer complementar com alguma coisa?

1196  
1197 **02:12:05 Natalia Resende:** O Rogério vai falar? Que aí eu vou complementar só na parte saneamento  
1198 rural, que eu acho que é importante.

1199  
1200 **02:12:08 Anselmo Guimarães:** Rogério Menezes, representante da Anamma, e na sequência, a  
1201 secretária já faz o comentário. Obrigado.

1202  
1203 **02:12:14 Rogério Menezes:** Bom, primeiramente cumprimentar Marina Balestero pela apresentação  
1204 muito boa que fez, com as dificuldades técnicas do início, mas mostrando toda sua capacidade na  
1205 condução desse processo. E só pra recordar, em 20 de agosto de 2021, então, pouco mais de dois anos  
1206 atrás, nós fizemos com o estado uma atividade virtual, que discutiu, na verdade, fizemos uma consulta  
1207 pública aos municípios sobre o Plano de Ação Climática do estado de São Paulo, Anamma com a  
1208 Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que foi o Plano de Ação Climática do estado de São  
1209 Paulo, uma webinar que aconteceu nessa data que eu falei, e que a gente tem o link aqui para poder  
1210 revisitar isso, o material foi gravado, tem o link, então é interessante, e depois nós fizemos um ofício  
1211 síntese também em cima dessa discussão dos municípios, ofício 92, da ANAMMA da Secretaria do  
1212 Verde, de Campinas, que a gente encaminhou por lá, de 2021. Contribuições dos municípios, então,  
1213 muito bacana ver esse processo avançar e sabendo que a gente pode ser, os municípios foram ouvidos  
1214 sobre essas diretrizes. Obrigado, secretária.

1215  
1216 **02:13:44 Anselmo Guimarães:** Obrigado pelo registro. Foi bem no período de consultas públicas,  
1217 que inclusive estava o debate aqui no CONSEMA também, tinha essas rodas paralelas, bem  
1218 lembrado.

1219  
1220 **02:13:55 Natalia Resende:** Bom, primeiro, eu não poderia deixar de parabenizar a nossa equipe que  
1221 tem feito um trabalho maravilhoso. Então, Marina, no seu nome, vou cumprimentar todo o pessoal.  
1222 A minha xará tá ali atrás também, e vocês fazem um trabalho incrível. Só tenho a agradecer por todo  
1223 empenho, todo o esforço que vocês têm feito, não só em relação à questão climática, das mudanças,  
1224 resiliência, adaptação. A gente sabe da relevância que é esse tema, mas também em relação aos outros  
1225 que a gente vem discutindo, tem se aprofundado e tentado desenvolver cada vez mais, então meus  
1226 agradecimentos também pessoais aqui por todo o trabalho. Parabéns mesmo. Eu vou falar um  
1227 pouquinho de saneamento rural, porque é uma pauta que está muito no nosso radar, e aí eu acho que  
1228 é importante até a gente aproveitar esse nosso quórum qualificado aqui para a gente debater. E aí foi  
1229 o comentário do Fernando, da Cláudia, do Ricardo, e é meu também, porque a gente tem que se  
1230 preocupar com isso. E o que acontece hoje? Depois de 2020, de julho de 2020, com a chegada do  
1231 novo marco de saneamento, a gente tem a obrigação, municípios, e vou colocar município, estado e  
1232 região metropolitana, enquanto cotitulares, de que o saneamento chegue em área rural e nos chamados  
1233 núcleos urbanos consolidados irregulares informais, que é favela, palafita, enfim. Não que precisasse  
1234 ser obrigação por lei, porque eu acho que a gente já tem que levar mesmo, acho que tem que ser  
1235 preocupação dos municípios e do estado. Mas depois de 2020, isso virou uma obrigação legal. E o  
1236 que acontece? Se a gente olhar, por exemplo, em muitos contratos, 375 contratos, vou falar da Sabesp,  
1237 isso não consta porque não era obrigação antes. E o que que a gente está fazendo agora, em conjunto  
1238 com os municípios? E é por isso que a gente está tendo muita reunião com o município também. Lá  
1239 do Vale do Ribeira a gente já teve, o governador também participou, a gente está tendo agora de  
1240 novo. Mandamos um ofício para eles, para a gente ter um cronograma bem organizado, porque a  
1241 gente precisa colocar essas áreas que são consideradas hoje, não atendíveis na área de abrangência  
1242 desses contratos. E é isso que a gente está fazendo agora. Uma estimativa inicial que a gente fez  
1243 dentro desses 375, é que cerca de 1 milhão está fora. E aí a gente está falando de área rural e área  
1244 irregular consolidada. Isso a gente está batendo com cada município para também ter a preocupação  
1245 da gente não consolidar áreas de risco. Essa é uma preocupação também nossa, é uma preocupação  
1246 dos municípios. Então, o que que a gente tem feito? A gente tem mandado para cada município, e aí,  
1247 se a gente abrir um processo para cada um, tudo instruído, nota, parecer, falando, olha, a gente tem  
1248 essa visualização hoje, essa identificação que a gente fez de... O Ricardo falou de Mairiporã,  
1249 Salesópolis, só para citar um exemplo, que está aqui na montante, ou seja, tudo que acontece desce,  
1250 certo? Como Guarulhos também, que hoje tem 21% de tratamento, né? Se a gente for olhar que é  
1251 muito pouco, apesar de ter melhorado bastante depois que a Sabesp entrou. Salesópolis tem 4.300  
1252 domicílios, que hoje são considerados atendíveis. Só que tem 3.800 que não são, porque é área rural,  
1253 então metade praticamente, certo? Então a gente precisa colocar essas pessoas dentro, tá? E esse é o  
1254 processo que a gente tem feito. A gente tem mandado o mapa do município, e aí o mapa atual e o  
1255 mapa que a gente quer considerar, que é o município praticamente inteiro, tirando essas áreas de  
1256 risco. E aí, a gente, nessas reuniões, a gente bate com os municípios, pede para eles verificarem de  
1257 fato quantos são, porque o município conhece muito mais que a gente da realidade. E aí a gente  
1258 consegue agregar junto com a marra que a gente quer fazer em cada anexo de cada município desse  
1259 processo da Sabesp. Estou falando agora, tá? Isso é uma coisa que eu gostaria muito que a mídia  
1260 falasse, porque fica muito no embate ideológico, a gente acaba esquecendo de mostrar essas coisas.

1261 A gente não, que aqui a gente tem a oportunidade de falar, porque, a partir do momento que a gente  
1262 consegue fazer esse processo, eu consigo fazer isso com a preocupação de modicidade tarifária a  
1263 partir da operação que a gente quer fazer. E aí eu garanto isso sem fazer um aumento geral e,  
1264 principalmente, com foco no vulnerável, que é o que a gente tem que se preocupar mais enquanto  
1265 estado. Então, essa é uma preocupação que está muito na pauta, nossa, a gente tem discutido todos  
1266 os dias com os municípios em relação a isso, em relação a essa agregação que a gente precisa fazer.  
1267 E eu tava até falando com a Maila aqui, um pouco antes, coincidentemente, que a gente tem também  
1268 uma agenda aqui com a Cetesb para a gente já deter a previsibilidade em relação à licenciamento em  
1269 áreas rurais, exatamente porque a gente quer fazer uma grande quantidade de investimentos para  
1270 poder levar o saneamento, e aí a gente precisa também ter a previsibilidade do licenciamento, porque  
1271 a gente não está falando necessariamente em levar a rede, eu não preciso levar a rede. Eu tenho hoje  
1272 tecnologias que já me permitem atingir esses sistemas isolados, e aí, tanto na construção quanto, ao  
1273 que é importante, na operação e na manutenção, sem necessariamente eu precisar levar a rede, eu  
1274 posso fazer sistemas isolados. Isso a gente está vendo também, junto com a Cetesb, para a gente dar  
1275 essa previsibilidade nesse processo todo. Então é algo que está muito aqui na pauta da Secretaria, que  
1276 a gente tem muita preocupação. Em relação a governança, eu não sei se eu cheguei a comentar, mas  
1277 no decreto, que a gente alterou o decreto das Uraes, que são as Unidades Regionais de Esgotamento  
1278 e Abastecimento aqui do estado de São Paulo, desde 2021. A gente alterou para a gente incluir, se  
1279 você olhar lá, a participação de representantes de população rural e de comunidades tradicionais,  
1280 exatamente para a gente dar essa governança, porque a gente quer chegar com saneamento nesses  
1281 lugares. E aí o Rodrigo está ajudando a gente a ver como é que essa parte de representatividade, a  
1282 gente pode sentar com você depois também, com quem quiser participar, para falar sobre isso. E isso,  
1283 no estado inteiro, nas quatro Uraes, tem três aqui que a gente precisa adequar melhor, mas a da Sabesp  
1284 está bem consolidada e a gente precisa fazer o quê agora? Dar efetividade para a regionalização do  
1285 saneamento, que é obrigatoriedade também do novo marco e que até hoje não está muito efetiva,  
1286 porque a gente precisa instalar os conselhos, precisa chamar a reunião, e é algo que a gente quer fazer  
1287 no início do ano que vem, inclusive com a cadeira dessas populações. Então, só para falar um  
1288 pouquinho sobre isso, porque eu acho que é importante, Rosa, o decreto que você comentou é aquele  
1289 que está o pessoal da Fiesp e Ciesp, né? A resolução. Vou explicar a lógica, sem prejuízo da gente  
1290 abrir depois, de trazer mais representantes. Quando a gente publicou a resolução, foi muito no sentido  
1291 de dar continuidade a uma demanda, inclusive, que foi objeto de ação judicial da Fiesp, da Ciesp,  
1292 acho que das duas. E aí, a resolução era muito para ter essa discussão mais institucionalizada também  
1293 no âmbito administrativo, exatamente para a gente não precisar também ficar discutindo na justiça,  
1294 que é o que a gente quer, na verdade, é ter uma conciliação ali, não vou falar conciliação porque não  
1295 seria o termo propriamente jurídico, mas da gente ter um debate administrativo em algo que seja  
1296 institucional, transparente, para todo mundo ver. Sem prejuízo da gente agregar, também tem até essa  
1297 previsão, inclusive na resolução, e contando que a Fiesp e Ciesp também tem representantes de vários  
1298 setores dentro dela, que a gente pediu também para o pessoal agregar, para somar nas discussões.  
1299 Essa é a justificativa, sem prejuízo da gente aprimorar depois. E só pra finalizar o que a conselheira  
1300 Gilda falou do pré-sal, a gente tem uma limitação em relação à competência, a gente sabe que isso é  
1301 uma questão propriamente federal, só que no nosso âmbito a gente tem sim tentado desenvolver  
1302 muitas iniciativas em relação a, vou nem falar transição energética, porque a nossa energia já é limpa

1303 aqui no Brasil, mas transição energética/descarbonização, seja no âmbito do PAC, seja também, e aí  
1304 fica o convite para todo mundo participar do nosso Plano de Energia, que a gente vai abrir consulta  
1305 pública, e lá tem, em linha com o PAC, um horizonte de até 2050, das várias rotas de energia que a  
1306 gente consegue estimular aqui no estado de São Paulo, que a gente tem muita oportunidade em relação  
1307 a esse tema. Então, um eu citei até do PL que a gente mandou, do IPVA, para poder estimular veículos  
1308 híbridos, veículos a hidrogênio, sejam leves, sejam pesados. É um exemplo aqui só, e dentro do plano  
1309 a gente tem lá os eixos também, meio ambiente social, infraestrutura, regulação, tecnologia, que a  
1310 gente está na fase quantitativa, a gente vai colocar em consulta pública. Então fica o convite também  
1311 para vocês participarem, que é o que a gente tem tentado muito fazer aqui no estado de São Paulo,  
1312 muito em consonância ao que foi apresentado pela Marina. É isso, deixo meus parabéns de novo e  
1313 meus agradecimentos também a toda equipe, tá?

1314  
1315 **02:23:53 Anselmo Guimarães:** A conselheira Cristina Murgel apontou ali, gostaria de fazer uma  
1316 contribuição. Por favor, conselheira.

1317  
1318 **02:24:00 Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel:** Bom dia a todos. É muito rapidamente, em  
1319 função da fala da secretária Natalia sobre o saneamento rural. Dizer, secretária, que a gente tem aqui  
1320 a plataforma do Rotas Rurais onde a gente está endereçando tanto as propriedades, quanto os  
1321 estabelecimentos, aglomerados na zona rural, as rotas, as vicinais, enfim, e colocar à disposição, eu  
1322 acho que é um banco de dados que pode agregar muito nessa discussão pela atualização. Isso é feito  
1323 junto aos municípios, então a gente está realmente descobrindo no mapa muita coisa que não estava.  
1324 Então, desde já deixar aqui a equipe à disposição, é um trabalho feito pelo Instituto de Economia  
1325 Agrícola, onde a gente está juntando todas as bases desse ambiente rural, de forma a contribuir com  
1326 as políticas públicas necessárias. Era só esse comentário.

1327  
1328 **02:25:04 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheira Cristina Murgel, até por esse registro,  
1329 agradeço a todos os conselheiros. Deixa eu anotar aqui, conselheira Rosa Ramos, alguém mais  
1330 gostaria de fazer mais algum apontamento sobre esse tema? Rosa Ramos, conselheiro Prioste. Por  
1331 favor, conselheira Rosa Ramos.

1332  
1333 **02:25:26 Rosa Ramos:** Só para a gente registrar, secretária. Eu compreendo o nascimento dessa  
1334 portaria que foi decorrente do ajuizamento de uma questão entre a Cetesb e a Fiesp, no entanto, eu  
1335 acho que a composição necessita de outros atores, até dos próprios operadores do direito, nós estamos  
1336 falando da revisão de um dos decretos mais importantes do licenciamento ambiental, tanto é que ele  
1337 sobrevive até hoje, com tantas outras normativas que nós possuímos, o decreto 8468 está aí, vivo,  
1338 persiste e em plena vigência. Então eu creio que outros setores da sociedade civil devem sim ser  
1339 chamados a compor esse grupo de trabalho, em especial os operadores do direito, que ao final serão  
1340 até os próprios defensores dessa representatividade que está aí. Está bom, então deixa aqui registrado  
1341 e gostaríamos de fazer parte de compor o grupo.

1342  
1343 **02:25:04 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Conselheiro Fernando Prioste.

1344

1345 **02:26:40 Fernando Prioste:** Sobre a questão do saneamento rural, eu concordo muito secretária, que  
1346 às vezes tem coisas que não precisa ser dita na legislação, que é obrigatória, como fazer o saneamento,  
1347 mas às vezes é preciso dizer para que isso se cumpra, e mesmo quando se diz, não se cumpre. É o  
1348 exemplo, de novo, das comunidades quilombolas, 35 anos de um direito na Constituição, 45 titulados  
1349 no Brasil, no universo de 6 mil. Não basta obrigatoriedade, precisa de uma consequência, e nessa  
1350 relação do saneamento básico rural, a questão, na minha forma de ver, é tanta identificação e  
1351 localização, e aí existem ferramentas que acho que podem, inclusive, ajudar a cobrar os municípios,  
1352 como a conselheira Cristina falou, o Cadastro Ambiental Rural é uma ferramenta, está espacializada.  
1353 O Censo Populacional também é uma ferramenta, IBGE tem informações muito precisas de onde as  
1354 pessoas foram recenseadas, porque não é incomum que os municípios, e às vezes de forma  
1355 propositada, subestimem a existência dessas localidades rurais para firmar um contrato mais  
1356 vantajoso. E às vezes, também, é interesse das empresas, porque as empresas querem atender, mas  
1357 querem atender com um lucro maior, é mais difícil fazer, mesmo que seja com a tecnologia isolada,  
1358 atender essa população. Então, acho que o necessário, além da previsão desse direito, que é  
1359 fundamental, é ter uma política de consequências que seja efetivamente ativa, porque também nas  
1360 relações contratuais, às vezes é complexo, porque a empresa diz, olha, eu firmo esse contrato desde  
1361 que eu tenha certas garantias, de que mais para frente, se eu tiver um problema econômico financeiro  
1362 nesse contrato, eu consiga me resolver, e os municípios também. Então, como lidar com essa  
1363 equação? Porque de fato, é um dispêndio de recurso sem necessariamente um retorno, e naquilo que  
1364 a senhora falou, na operacionalização desses sistemas, porque não basta implantar, é preciso  
1365 implantar com qualidade e ter meios para que a operacionalização e a resolução dos problemas que  
1366 vão aparecer não fiquem só com aquela população ali, que seja minimamente compartilhada com as  
1367 empresas, com o setor público, que eu acho que é um desafio muito grande. E nas Uraes, de fato,  
1368 citar as populações tradicionais já é um avanço significativo, embora o peso da votação seja ainda  
1369 diminuto, de 6% nessa equação do debate nas Uraes, né? Acho que a democracia é algo que se  
1370 constrói paulatinamente. A presença e a citação das comunidades tradicionais é fundamental. E como  
1371 a gente equaciona a capacidade e a, vamos dizer assim, a prioridade da votação ali do poder público,  
1372 dos municípios do estado, mas também essa representação da sociedade civil ganha um pouco mais  
1373 de corpo, porque 6%, na minha forma de ver, é importante porque está lá, mas é alguém que diz  
1374 alguma coisa e praticamente não tem nenhum poder de decisão ali, porque, enfim, um percentual  
1375 muito pequeno, né? Mas acho que é um passo, eu acho que é importante o passo.

1376  
1377 **02:29:29 Natalia Resende:** Bem rapidinho, que eu sei que a gente já está no horário. Concordo  
1378 100%. E aí a gente tem várias formas contratuais, inclusive a gente já faz isso há muito tempo, já  
1379 vem aprendendo com erros e acertos, que é importante a gente olhar o que deu certo, o que deu errado,  
1380 porque nos contratos, e é o que a gente está fazendo, a gente consegue amarrar isso, inclusive em  
1381 relação a incentivos, alinhamento de incentivos para a empresa chegar nos lugares que são mais  
1382 difíceis, vou colocar assim, e aí ela tem incentivo financeiro e inclusive, tem também desincentivos  
1383 penalizadores, ou seja, a multa é maior, advertência é maior, do mais difícil em relação ao mais fácil.  
1384 Então a gente tem formas de fazer isso, que é o que a gente está implementando, para poder amarrar  
1385 melhor o que hoje de fato está um pouco mais em aberto, tá? Então é uma preocupação, pode ter  
1386 certeza que está muito no nosso radar, porque a gente tem essa preocupação, e a gente sabe como é

1387 que funciona nos contratos. Então, como a gente já teve muita experiência e muito avanço nessa  
1388 parte, a gente está agregando tudo o que é de melhor, de boa prática regulatória, para também não  
1389 ficar só no âmbito da Cesp, mas entrar também no contrato, que é importante. E a representatividade,  
1390 aí a gente sempre tem aquela questão de objetividade também que a gente precisa dar. Nunca vai ser  
1391 o ideal, mas é o que a gente consegue perseguir, porque a gente também tem 375 municípios dentro,  
1392 com a sociedade civil, estado, que é importante é a gente sempre ter diálogo, ouvir, ter transparência  
1393 e melhorar a democracia, como você colocou bem e cada vez mais. Acho que a intenção é essa, e aí,  
1394 sempre pautada em critérios, eu acho que isso é importante, critérios técnicos, que é o que a gente  
1395 vem fazendo.

1396  
1397 **02:31:13 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Bom, os registros foram todos feitos. Gostaria, então, já  
1398 de pedir para a gente passar ao próximo item de pauta, já agradecendo a equipe da CPLA, em nome  
1399 das conselheiras Marina Balestero e da Natalia Micossi, obrigado pela participação e agora é a vez  
1400 da gente falar sobre educação ambiental. Para isso nós convidamos representantes da Coordenadoria  
1401 de Educação Ambiental para que pudessem trazer aqui para o plenário do CONSEMA o Projeto  
1402 Escola nos Parques, no âmbito do programa de alfabetização ambiental. Hoje a nossa conselheira  
1403 querida Malu Freire, ela não pôde estar presente conosco, ela está com problema familiar, está  
1404 conosco a conselheira Lie Shitara, ouvidora, está online aqui, e vai fazer a exposição a diretora de  
1405 departamento de políticas públicas da Coordenadoria de Educação Ambiental, a ex-conselheira Rita  
1406 Zanetti, seja bem-vinda novamente ao plenário do CONSEMA. A palavra é sua. Muito obrigado.

1407  
1408 **02:32:11 Rita Zanetti:** Muito obrigada, secretária, pela oportunidade da pauta. Aos membros do  
1409 plenário, aos demais convidados. Quanto tempo eu tenho, Anselmo, para fazer jus às agendas de  
1410 todos e a fome de todos? 10 minutos. Qualquer coisa me interrompa, tá? Por favor. Bom, vou  
1411 apresentar aqui rapidamente, nessa oportunidade, de trazer um pouco a pauta de educação ambiental  
1412 para esse conselho. O Projeto Escola nos Parques, é um projeto demandado pela nova gestão, para a  
1413 Coordenadoria de Educação Ambiental, e como o nome já diz, escolas, a gente depende da Secretaria  
1414 da Educação, então também é um projeto em conjunto com a Secretaria da Educação, e os parques e  
1415 as demais Unidades de Conservação. Então eu venho aqui trazer essa apresentação, mas ela não é  
1416 singular, porque esse projeto, em conjunto, necessariamente a Coordenadoria de Parques e Parcerias,  
1417 e pela Ana e pela Rebeca, e a Fundação Florestal, pelo Rodrigo. A principal demanda trazida por nós  
1418 é a questão de incentivar a maior visitação dos alunos da rede pública, e aí a gente está focando na  
1419 rede pública e estadual, as unidades dos parques urbanos e demais Unidades de Conservação do  
1420 estado de São Paulo, pensando principalmente a questão de que, após a pandemia, essa retomada das  
1421 visitas, ela não se deu, ela não foi retomada não só no mesmo volume, mas também em tentar  
1422 incentivar de maneira, como a secretária coloca, em escala essa oportunidade de ofertar essas áreas  
1423 protegidas, que são para nós equipamentos de educação ambiental, também para a rede pública de  
1424 ensino. Então, não só incentivar a visitação, mas também propiciar a rede, a ampliação de práticas  
1425 pedagógicas das diferentes etapas do ensino básico. Esse é um projeto que a gente vinculou ao  
1426 programa de alfabetização ambiental, então falando, ele rapidamente já é uma resolução conjunta  
1427 tomada pelas duas secretarias. É um programa que já ocorre desde 2019, e um dos objetivos do  
1428 programa ele coincide com a ideia do projeto, que é da valorização das áreas protegidas como espaços

1429 educadores. Então, a gente vinculou tecnicamente no programa de alfabetização ambiental. E aí, nós  
1430 da Coordenadoria de Educação Ambiental, a gente está fazendo o papel de articulação dessas  
1431 entidades todas envolvidas. Como eu falei, tanto da Secretaria da Educação, por conta das escolas,  
1432 quanto das áreas protegidas. Então a gente está atuando não só no nosso papel de decreto, mas  
1433 também da política estadual de educação ambiental, articulando-se com as instituições e os demais  
1434 atores envolvidos para atender as demandas do projeto. Então passando muito rapidamente, como  
1435 que está sendo feitos os trabalhos desse projeto, então fizemos a articulação com a Seduc e precisamos  
1436 atender de maneira, entre secretarias, como um projeto entre secretarias, a ser abrangido para todo o  
1437 território, ele precisa pensar em alguns elementos básicos que permitam necessariamente a ampliação  
1438 disso em escala, então a gente precisa, é uma premissa que a Secretaria da Educação há muito não se  
1439 coloca, de que tudo que a gente faz a nível de Secretaria, tem que ser pensado para todas as as escolas,  
1440 de todo o estado, não só as escolas normais, mas também as escolas urbanas, rurais, indígenas,  
1441 quilombolas, todos os tipos, as de ensino integral e etc. Geralmente a gente gosta de começar com  
1442 um piloto, ou como a diretoria de ensino específica, mas essa sempre é uma premissa que é nos dada.  
1443 As turmas estão sufocando prioritariamente, porque a questão do transporte é vital para o bom sucesso  
1444 dessa ação, a gente está focando no território abrangido pela diretoria de ensino, onde há uma área  
1445 protegida disponível para visitação, ou, no máximo, num raio de até 30 quilômetros. As visitas aos  
1446 parques deverão estar previstas no calendário escolar, porque esse é um fator primordial para que as  
1447 visitações possam ser feitas de maneira planejada e de maneira abrangente. Então é difícil você falar  
1448 daqui há um mês para uma escola se organizar para ir visitar uma área de conservação, mas se isso  
1449 está incluído no planejamento escolar desde o início do ano, fica mais fácil não só o planejamento,  
1450 custeio, toda a parte burocrática de solicitar o transporte, etc, não só dessa parte, mas também da parte  
1451 pedagógica, em qual disciplina isso vai ser abordado, de como isso vai ser feito. E aí, os recursos  
1452 pedagógicos, eles estão dentro de uma linha de financiamento da Secretaria da Educação, que é o  
1453 programa Dinheiro Direto da Escola. Ele é um aparte estadual dessa lei que é federal desde 2009,  
1454 mas a lei estadual de 2019 é relativamente recente, que trazem eixos de financiamento, além dos já  
1455 previstos no orçamento, eixos para o financiamento de ações e tem um específico para o eixo  
1456 pedagógico que permite essas ações externas, que permite às visitas a campo das escolas e das turmas  
1457 escolares. Os roteiros, eles estão numa consonância, todos os parques que a gente já fez uma seleção,  
1458 esse projeto ele já é pensado em ações de curto, médio e longo prazo, e as ações de curto prazo elas  
1459 já estão voltadas em levantar o que a gente já tem diante de tantos dezenas e centenas de parques e  
1460 áreas protegidas, qual que é a infraestrutura que já está direcionada para aquilo que o professor se  
1461 interessa a ouvir, então, a infraestrutura tem estacionamento que recebe um ônibus escolar, tem uma  
1462 área coberta em causa de chuva, então o que a gente fez foi já levantar áreas de uma maneira  
1463 padronizada, informem nos mesmos campos, se aquela área tem disponibilidade, não só de  
1464 infraestrutura, da parte de contatos, caso ele queira fazer essa organização, mas também de roteiros  
1465 que as Unidades de Conservação já fornecem. A Fundação Florestal tem um histórico grande também  
1466 de ações de educação ambiental, que já tem roteiros aí nos seus parques, assim como os parques  
1467 urbanos, da Coordenadoria de Parques, mas a gente fez uma seleção, principalmente de roteiros que  
1468 tenham uma pegada mais pedagógica para fazer essa primeira seleção. Aí a gente também fez as  
1469 articulações com a Coordenadoria de Partes e Parcerias, não só fazendo esse levantamento inicial  
1470 então, sobre a gestão das concessionárias, do Jardim Botânico Água Branca, o Parque Estadual do

1471 Belém, o Villa Lobos e o Zoológico, também os de gestão direta da CPP, que é o Parque da Juventude,  
1472 o Ecológico do Guarapiranga, o Ecológico do Tietê e o Pomar Urbano. Nesses parques em especial,  
1473 parte das ações de médio prazo vai ser a construção de roteiros pedagógicos ainda mais específicos,  
1474 direcionados para essa rede pública de ensino. Ou seja, o que a gente pretende fazer é aproveitar a  
1475 vocação natural do parque para desenvolver roteiros pedagógicos que estejam vinculados ao currículo  
1476 paulista, ou seja, que atenda diretamente aquela vocação do parque para o nível de ensino específico  
1477 que abordaria aquilo, seja fundamental, anos iniciais, fundamental, anos finais, ou ensino médio.  
1478 Então a ideia é a gente fazer um roteiro ainda mais digerido, digamos assim, ainda mais disponível,  
1479 facilitado para o professor. E também a articulação com a Fundação Florestal, fazendo o  
1480 levantamento das áreas protegidas e essa seleção que foi feita não só com a equipe, pelo técnica lá da  
1481 Fundação Florestal, e validada principalmente pelos gestores. Então a gente fez uma confirmação  
1482 para todos os gestores no sentido de, essas fichas, a ficha do seu parque, ela vai ter uma ampla  
1483 divulgação, então confirme se está tudo certinho para não ter nenhum tipo de mal entendido. E essa  
1484 é a relação dos parques que estão aí, sobre a gestão da Fundação Florestal e também os  
1485 concessionados. Alguns, eventualmente, eles se somam. Então, por exemplo, a Estação Ecológica e  
1486 a Floresta Estadual de Angatuba, então, a gente contabilizou, na verdade, 60 fichas com essas  
1487 informações dos parques que eventualmente podem estar, ou sendo gerida pela mesma gestão ou tem  
1488 os seus roteiros disponíveis ali, territorialmente, nas mesmas áreas. Então, aqui, esse mapa que eu  
1489 acredito que o conselho já conhece bastante, esse mapa foi distribuído para a rede de ensino, para  
1490 eles entenderem o alcance territorial que essas áreas têm a oferecer para a rede pública, mas a gente  
1491 naturalmente observa que, principalmente dentro das limitações de diretoria de ensino, de raio de  
1492 alcance, a gente precisa pensar não só na questão da escala, mas na questão da acessibilidade, de  
1493 maneira geral, para escolas que eventualmente não possam ainda ter acesso. Então, a gente, como  
1494 ações de longo prazo, como a gente faz aí agora a retomada; então de curto prazo, a gente faz a  
1495 divulgação do que a gente já tem; em médio prazo, a gente vai estar trabalhando em novos roteiros;  
1496 e em longo prazo, a ideia é que não só a gente busque mais áreas a nível municipal, que eventualmente  
1497 podem aderir ao projeto e nos ajudar a fomentar ainda mais áreas disponíveis, mas também  
1498 disponibilizar esses roteiros virtuais, porque aí a gente consegue eventualmente, se a escola puder ou  
1499 não, ter acesso ou não, ou não ter oportunidade mesmo de visitar, de sair da escola, que ela possa ter  
1500 acesso a esses roteiros dessas áreas protegidas e de maneira virtual. Então, de curto prazo, a gente  
1501 está fazendo já esse plano de divulgação com a Secretaria da Educação das 60 áreas, juntando  
1502 Fundação Florestal e Coordenadoria de Parques. Essas são as carinhas das fichas que a gente já  
1503 disponibilizou para a rede de ensino, e a gente também já está fazendo uma ação de divulgação direta  
1504 com as diretorias de ensino, a Malu teve esteve na Secretaria da Educação em uma programação  
1505 específica fazendo a divulgação para os diretores de ensino e eles têm até o dia primeiro de novembro  
1506 para nos retornar uma notificação, uma manifestação desse interesse por formulário, porque aí a gente  
1507 consegue também ter uma escala de comunicação um pouco mais próxima desses professores, dessas  
1508 escolas, para auxiliar eles a utilizar o PDDE, fazer prestação de contas, que é importante também e  
1509 que às vezes, por ser algo recente, os professores ainda podem ter dificuldades de realizar essa  
1510 prestação de contas, e fazer ao máximo, por isso que também a gente agradece a entrada aqui no  
1511 CONSEMA, fazer uma divulgação sistemática, porque justamente agora no final do ano, pegando  
1512 dezembro, janeiro, que é mais ou menos ali o período previsto para o planejamento escolar, a intenção

1513 é que a gente consiga divulgar o suficiente para que, quando esses professores estiverem na mesa,  
1514 fazendo o seu planejamento para 2024, eles tenham conhecimento do programa e eles consigam  
1515 pensar isso e também colocar no seu planejamento escolar. Então a gente precisa ainda fazer uma  
1516 divulgação mais assertiva e mais ampla com ambas as assessorias de comunicação, principalmente  
1517 com a assessoria de comunicação da Seduc, e também auxiliá-los talvez já nesse recorte territorial.  
1518 Então a gente mesmo fazer esse recorte da diretoria de ensino que tem a escola tal naquele raio,  
1519 naquela diretoria, professor, você já pode visitar a área protegida tal e fazer algo que está sendo muito  
1520 da ansiedade dos gestores, que estão fazendo um belo trabalho de aprimoramento e melhoramento  
1521 dessas áreas, de conseguir mostrar com um pouco mais de detalhes, não só aquela ficha que precisava  
1522 ser padrão, não só para todas as áreas, mas também para todos os professores receberem, tentar  
1523 também trazer mais elementos ali que convençam o professor, ou que divulguem de fato e mostre  
1524 para o professor que aquilo é viável para o trabalho pedagógico dele. E aí, ao longo prazo, os roteiros  
1525 virtuais e articulação também com demais áreas protegidas municipais. Então acho que é isso. Não  
1526 sei se eu cumpri o meu prazo, agradeço novamente a todos. Ficam aqui à disposição.

1527  
1528 **02:45:28 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, Rita Zanetti, aqui pela exposição, muito obrigado  
1529 pela participação. Vou chamar aqui o conselheiro Rodrigo Levkovicz.

1530  
1531 **02:45:39 Rodrigo Levkovicz:** Só brevemente uma sugestão. Primeiro, parabéns, Rita. Vou chover  
1532 no molhado aqui. Secretária também é fã, para dizer que a gente está super à disposição para receber  
1533 escolas públicas municipais, inclusive, e, Prioste, eu acho que a gente pode, porque no PSA indígena  
1534 já tem um componente de educação ambiental que as próprias comunidades, as próprias aldeias,  
1535 podem levar o seu conhecimento para as escolas, isso é um componente do PSA. A gente pode  
1536 combinar tanto para fomentar o TBC, junto com a visita das escolas, ou para que as comunidades  
1537 estejam nas Unidades, via PSA, para que elas possam contar sua história, porque eu acho que é  
1538 incrível. Então, para dizer que a gente está bem focado em atender as escolas públicas, e acho que é  
1539 meio até pessoal nosso, até um desabafo, a gente vê muita escola particular indo no Petar, por  
1540 exemplo, e a gente quer mudar isso e estamos aqui para fomentar esse tipo de coisa. Obrigado.

1541  
1542 **02:46:52 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Vou anotar, então, os nomes para a gente já fazer essa  
1543 rodada de debates. Primeiro aqui o Rogério Menezes, deixa eu anotar aqui. Já vou chamando, então.  
1544 Por favor, conselheiro.

1545  
1546 **02:47:09 Rogério Menezes:** Não, só fazer um registro, secretária, e o agradecimento à Secretaria  
1547 Estadual de Educação. E não falo aqui enquanto Anamma, mas enquanto Secretária do Meio  
1548 Ambiente - Campinas, pela forte parceria com o município no programa de educação ambiental do  
1549 Plano Municipal de Campinas. E a gente está com 100 escolas estaduais, a diretoria Leste e Oeste,  
1550 visitando a APA de Campinas, nosso Centro de Educação Ambiental de Joaquim Egídio, participando  
1551 de cursos de formação para a implementação das hortas nas escolas, 100 escolas implantando hortas  
1552 e visitando também o Centro de Educação Ambiental da Mata de Santa Genebra. Só o ano passado,  
1553 só no Centro de Educação Ambiental da Mata de Santa Genebra e do Centro de Educação Ambiental  
1554 da APA de Campinas, que pegam 1/3 do território de Campinas, foram 88 mil beneficiados nessas

1555 visitas, que inclui ônibus do município, cedido pelo município, lanche para os jovens que vão até as  
1556 Unidades de Conservação nesse Centro de Educação Ambiental. Então, demonstração que o estado  
1557 e os municípios podem trabalhar juntos na agenda da educação ambiental, incluindo as nossas  
1558 Unidades de Conservação. Obrigado.

1559  
1560 **02:48:40 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Aqui na ferramenta de videoconferência, o  
1561 conselheiro Paulo Nelson do Rego.

1562  
1563 **02:48:52 Paulo do Rego:** Então, eu venho aqui parabenizar pela proposta, e aqui até fazer um  
1564 desabafo. Minha filha é professora aqui na rede municipal de São Sebastião, e uma das angústias dela  
1565 é justamente como poder levar os alunos para fazer os estudos de meio. E dentro da escola pública  
1566 mesmo é a falta de capacidade de você ter recursos para os alunos mais carentes poderem fazer estudo  
1567 de meio, porque mesmo nos passeios que são promovidos aqui, aqueles mais carentes são aqueles  
1568 que não conseguem fazer estudo de meio. Então, Rodrigo, quando você me fala de estar abrindo e de  
1569 estar incentivando as escolas municipais a participar, eu acho isso um alento, eu acho que realmente  
1570 é isso que a gente precisa estar promovendo, educação ambiental, é trazer integração para que as  
1571 crianças possam realmente, porque é aí que mora a transformação do meio ambiente, na educação  
1572 ambiental.

1573  
1574 **02:50:07 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. E aqui de volta à mesa, o conselheiro  
1575 Fernando Prioste. Na sequência, a conselheira Rosa Ramos.

1576  
1577 **02:50:13 Fernando Prioste:** Bom, também parabenizar pela apresentação, pela iniciativa, que eu  
1578 acho que é realmente fundamental, porque eu acho que a percepção geral da população sobre o que  
1579 são as Unidades de Conservação, suas funções, funcionamento, ainda é muito baixa. Muito baixa e  
1580 às vezes, como lá na região do Vale do Ribeira, as interpretações são muito complexas, porque o  
1581 histórico de estabelecimento das Unidades de Conservação lá também gerou muito e tem gerado  
1582 ainda muitos conflitos. E a educação escolar, na minha forma de ver, ela precisa tratar dessas questões  
1583 de uma forma problematizadora, não só apresentar aquilo que é evidente, benefício da instituição de  
1584 uma Unidade de Conservação, mas os conflitos que foram gerados no passado ainda estão presentes  
1585 no presente e infelizmente estarão no futuro, em consonância, inclusive, com a lei 10.639, que fala  
1586 do tratamento da história afro-brasileira e levar em consideração essas questões, tanto nos materiais  
1587 da Fundação Florestal, que eles são ótimos, como aqueles canais que a gente recebeu, mas às vezes  
1588 exprimem pouco essas relações de conflito, e quando eu digo conflito, é explicitar, vamos dizer assim,  
1589 a realidade de fato do que acontece nessas Unidades de Conservação. Eu tenho por pressuposto que  
1590 a relação de aprendizado ela se dá nessa situação, não na explicitação de um determinado conteúdo,  
1591 mas no estímulo a essas pessoas, os estudantes, principalmente, a perceber as contradições e os  
1592 problemas, e enxergar de forma crítica isso. Por acaso, ontem eu tive a oportunidade de estar numa  
1593 escola chamada Chulis (02:51:43), que está dentro do território do André Lopes, e aí é muito latente  
1594 esse debate sobre as Unidades de Conservação e as questões que refletem nas comunidades, o  
1595 passado, foi um passado muito duro, porque ainda tem coisas a resolver, mas foi um passado muito  
1596 duro, não é? E a escola, quando ela chega na Unidade de Conservação para tratar dessas questões,

1597 ela precisa também, na minha forma de ver, receber da Fundação Florestal quase que esse mea culpa  
1598 do passado, mas também olha, estamos tentando resolver essas questões a partir desse cenário, que é  
1599 uma situação muito interessante lá na Caverna do Diabo, porque você tem lá os quilombolas operando  
1600 o turismo e apresentando de uma forma assim, muito singela e profunda, essas contradições, sem  
1601 afastar, sem gerar um problema na visita ali, muito pelo contrário, mas que às vezes não reflete  
1602 necessariamente no material que a Fundação Florestal tem e apresenta lá, então essas questões, eu  
1603 acho que são fundamentais de serem equacionadas. E eu concordo muito com as posições que o  
1604 Rodrigo colocou aqui, porque de fato é quem tem acesso, quem tem dinheiro que faz essa visita, o  
1605 que faz essa visita crítica e tem experiências muito relevantes. Por exemplo, a gente fez em função  
1606 do processo de consulta na concessão do Petar, uma visita na Caverna do Diabo com as questões,  
1607 com as pessoas que estão discutindo essa questão naquela época, 95% das pessoas nunca tinham  
1608 pisado na Caverna do Diabo, mas vive no entorno, porque também não tiveram essa oportunidade  
1609 escolar, quando tiver oportunidade de frequentar a escola. Então é uma ação fundamental, e acho que  
1610 pensar em conjunto esse formato é fundamental também para que as pessoas sejam sujeitas à sua  
1611 própria história na região. Por último, a Comunidade Quilombola Ivaporunduva, ela tem uma  
1612 experiência já muito consolidada de turismo escolar, de turismo do estudo do meio, do turismo étnico  
1613 cultural, e ali por dia são dois, três ônibus das escolas mais ricas do estado de São Paulo que  
1614 frequentam aquela região, de muito recurso. Eu já tive oportunidade de estar lá e os estudantes estão  
1615 falando só inglês, porque a escola é americana, nem os quilombolas entender o que as pessoas estão  
1616 falando lá, que é importante que eles visitem, porque essas pessoas vão ocupar, inclusive espaços de  
1617 poder no futuro, e conhecer aquela realidade é fundamental, mas também que aquela população de  
1618 baixa renda com consiga. E para isso, precisa de iniciativas como essa, que são fundamentais e de  
1619 recurso, porque sem recurso não chega. Às vezes não tem o diesel para colocar no ônibus escolar  
1620 para chegar na Unidade de Conservação que está a alguns metros de distância. Então, pensar a  
1621 estrutura também do chamamento da parceria, mas onde não tem dinheiro, onde o pessoal tem  
1622 dificuldade de pensar os recursos também, que são fundamentais para viabilizar essas visitas.

1623

1624 **02:54:20 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Agora a conselheira Rosa Ramos.

1625

1626 **02:54:24 Rosa Ramos:** Bom, muito rapidamente, mais para parabenizar, e quero fazer isso na pessoa  
1627 da Malu Freire e, obviamente, te parabenizar também pela apresentação, mas eu achei excepcional  
1628 isso. Pensar em conjunto com a Secretaria de de Educação, até porque eu tenho uma escola e eu vejo  
1629 o quanto é difícil para escola disponibilizar tempo dentro da grade obrigatória para essa atividade de  
1630 educação ambiental. Então eu acho que em conjunto pode ser que a gente resolva isso, porque o  
1631 programa de quantidade de horas é quase impossível você colocar outras atividades. Então eu acho  
1632 que trazer a Secretaria de Educação para que possa pensar acerca disso é o grande caminho, então só  
1633 para registrar isso, dizer que também a gente, no que puder contribuir em relação a isso, estamos à  
1634 disposição.

1635

1636 **02:55:24 Natalia Resende:** Também não poderia deixar de parabenizar nossa equipe, Rita, Malu  
1637 também. Também trabalho excepcional que o pessoal faz, e é uma pauta relevantíssima, que muitas  
1638 vezes as pessoas não tem atenção, mas é ela que vai fazer toda a diferença para o futuro, para as

1639 nossas futuras gerações. Então a gente precisa, cada um no seu âmbito, levar a questão da educação,  
1640 conscientização ambiental para as nossas vidas, nossas famílias, para os municípios, para as  
1641 associações lá na OAB, enfim, para as associações de forma geral, porque é muito, muito importante,  
1642 a gente tem discutido muito isso, e uma coisa aqui, quando você falou Fernando, eu fiquei lembrando  
1643 aqui, quando a gente foi fazer a trilha lá, o caminho lá para Bombas, é muito interessante você ter  
1644 conhecimento das pessoas que já estão lá há muito tempo, e aí vai muito na linha do que a gente tem  
1645 que estimular ainda mais, né, Rodrigo, da gente conseguir fazer essa agregação que a Fundação  
1646 Florestal já faz muito bem, quando eu fui atrás do Fernando, eu atolei umas três vezes. Quando eu  
1647 passei atrás do, eu me esqueci agora o nome dele, que é da comunidade, eu não atolei nenhuma vez.  
1648 E ele não sujou o sapato dele, e foi tão interessante, porque para mim foi um aprendizado, na verdade,  
1649 porque todos os lugares que a gente passava, ele sempre olhava uma planta, que eu não sou  
1650 conhecedora, mas ele: ““ah, isso aqui pra dor de cabeça, aquilo ali é bom para o estômago, aquela  
1651 parte ali a gente usa para isso”, um conhecimento excepcional. Sabe, do terreno ali, e ele estava  
1652 falando de uma forma tão natural que eu ficava olhando, eu falava assim, gente, incrível. Depoimento  
1653 aqui, pessoal, e é isso. Eu acho que a gente tem que, de fato, aproximar mais, utilizar esse  
1654 conhecimento local para a gente conseguir, não só, lógico, estudar inglês, ter outras escolas, é  
1655 importante para o crescimento, para o desenvolvimento, mas para a gente valorizar nossa cultura. A  
1656 gente precisa fazer isso. É por meio desses programas que a gente consegue. E aí, o que a gente estava  
1657 conversando aqui, Rodrigo, e depois a gente desenvolve até melhor para trazer, a gente cada vez  
1658 aproximar mais, juntar, fazer, seja com ou sem também os municípios, mas pelo menos de uma forma  
1659 que a gente tenha termos de responsabilidade das escolas de uma forma bem organizada para a gente  
1660 agregar mais nas nossas Unidades de Conservação também essas ações. Vou fazer uma última  
1661 propaganda aqui, Rita, para a gente estimular o pessoal a ouvir nosso boletim também, né? Eu não  
1662 me lembro qual é o canal que a gente fala para o... A gente está toda semana fazendo boletim de  
1663 educação ambiental, com diversos temas. A gente tem um portal de educação ambiental, então fica  
1664 aqui o convite para todo mundo entrar, a participar, divulgar, isso é importante para a gente, pelo  
1665 menos ter também essa cultura de acessar notícias informativas, conteúdos informativos, e é por isso  
1666 que a gente começou a fazer esse boletim. É bem curto, mas acho que é uma boa iniciativa para  
1667 começar. Que seja, né, Rita? Qual que é mesmo o podcast?

1668  
1669 **02:58:58 Rita Zanetti:** O podcast Educação Ambiental, a secretária encontrou uma brecha,  
1670 secretário, uma oportunidade de estar falando rapidamente para as rádios que a Secretaria de  
1671 Comunicação têm vinculação. Então, eles também estão disponíveis no portal de Educação  
1672 Ambiental, mas está tentando ser difundido para centenas de rádios do estado de São Paulo, então a  
1673 gente também agradece por essa ótima oportunidade que você pescou ali na hora certa, né? Então,  
1674 rapidamente, para fechar todos os comentários, um retorno nosso. A gente agradece mais uma vez o  
1675 trabalho conjunto, junto com a gestão dos parques e das Unidades de Conservação. A equipe técnica  
1676 da Fundação Florestal e da CPP, essas 60 áreas já divulgadas, elas são passíveis de cada vez mais  
1677 serem ampliadas, e isso é um trabalho constante da Fundação Florestal, de estar melhorando, de estar  
1678 trazendo novas oportunidades. A gente vai tentar dar o apoio também para os parques urbanos da  
1679 CPP, e fico contente que vocês tenham levantado os pontos cruciais para por que que a gente está  
1680 fazendo isso? Porque às vezes fica uma coisa assim. Bom, as áreas estão lá 100% disponíveis. As

1681 escolas podem ir a qualquer momento, mas é exatamente identificar o porquê que isso não acontece.  
1682 Então não só a questão da infra, mas também a questão pedagógica. Às vezes não é só a infra do  
1683 parque, mas é o transporte da escola. Então como que a gente viabiliza isso? Então a gente também  
1684 teve um apoio com quem a gente agradece, aos secretários executivos das duas pastas que tiveram  
1685 juntos em duas oportunidades, trocando é realidades, essas mesmas realidades, “gente, como que a  
1686 gente vai levar essas crianças? Cadê o transporte da Seduc?”. Então isso é de uma maneira muito  
1687 positiva. Está sendo bem levantado, e sem farpas, mas sim visando os acertos. Então está sendo uma  
1688 oportunidade bem legal e a gente é super recepcionar a lógica de trazer também a questão sócio  
1689 ambiental, a questão cultural, a questão histórica dentro da vocação desses parques, porque não é só  
1690 a questão natural, não é só a educação ambiental tradicional ou pragmática, também a educação  
1691 ambiental crítica, de posicionar isso e de maneira positiva, não é de maneira conflituosa, mas de  
1692 maneira a esclarecer e apropriar cada vez mais a visão do aluno, para as questões e para os conflitos  
1693 territoriais e socioambientais, penso dentro como geógrafa, isso dentro da lógica da pedagogia, é  
1694 indispensável. Então fico feliz que todos que se manifestaram pontuaram realidades que nos fizeram  
1695 pensar, como que a gente transforma uma coisa que, em tese, pode ser muito simples, mas que na  
1696 prática está tendo essa dificuldade. Então como que a gente rompe essa bolha de, de fato, conseguir  
1697 fazer, transformar isso numa ação efetiva em escala. Então fico muito feliz de estar aqui fazendo essa  
1698 oportunidade. Agradeço todas as manifestações também de apoio e fico à disposição. Obrigada.

1699  
1700 **03:02:00 Rogério Menezes:** Só um acréscimo na minha fala, que eu cumprimentei a Secretaria de  
1701 Estado de Educação. Eu queria cumprimentar a Semil, secretária, através da Coordenadoria de  
1702 Educação Ambiental, pelo curso EAD de educação ambiental, que eu tive a oportunidade também de  
1703 participar a convite para relatar a experiência de Campinas, então através da Malu Freire, toda a  
1704 equipe da Coordenadoria de Educação Ambiental, a excelência desse trabalho que está sendo feito,  
1705 de levar a formação do conteúdo, as experiências exitosas, para que todo o estado possa fazer  
1706 educação ambiental de qualidade. Muito obrigado.

1707  
1708 **03:02:38 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado por todas as considerações. Obrigado, Rita Zanetti  
1709 pela participação. Registro também o Beloyanis, o Djalma Weffort, a Mariana Rolim, também a  
1710 conselheiro da cultura. Todos eles elogiando e parabenizando pela iniciativa. Muito obrigado pela  
1711 oportunidade desse CONSEMA de poder discutir isso. Antes da gente fechar, a Maila gostaria de  
1712 fazer o informe, acho que é bem rapidinho, mas que é muito importante. Eu acho que acabou  
1713 passando. Por favor, Mayla.

1714  
1715 **03:03:08 Mayla Fukushima:** Obrigada, Anselmo. É melhor avisar mesmo, se não o pessoal vai me  
1716 matar se eu esquecer, não é? Só pra convidar todos os conselheiros, na verdade, a população de forma  
1717 geral, a Cetesb coordenou um trabalho, e o produto é o plano de mitigação de atropelamento de fauna  
1718 nas estradas paulistas, e esse documento que foi produzido na Câmara Ambiental, ele está disponível  
1719 para consulta pública desde a semana passada e vai ficar disponível até dia 18 de novembro. Então é  
1720 importante, acho, que todo mundo conhecer, contribuir, para a gente depois finalizar o produto, tá  
1721 bom? Obrigada.

1722  
1723 **03:03:50 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Senhora secretária, creio que podemos ir ao  
1724 encerramento.  
1725  
1726 **03:03:54 Natalia Resende:** Só agradecer a participação de todos. Acho que a gente teve uma reunião  
1727 muito proveitosa aqui, com assuntos que são muito relevantes e colocar a gente sempre à disposição  
1728 para esses temas, para outros também. Sempre que vocês quiserem propor alguma pauta, a gente está  
1729 aberto aqui, né, Anselmo, e a intenção é essa, é mostrar, é agregar e a gente continua nesse diálogo  
1730 transparente nesse fórum que é tão qualificado, um CONSEMA que a gente sempre quer que avance  
1731 nessas pautas e em outras também do meio ambiente, adjacentes, saneamento, tudo isso que a gente  
1732 discutiu aqui e que a gente sempre vai trazer à voga para poder avançar em conjunto com todos os  
1733 presentes. Então, muito obrigada. Uma ótima semana a todos.  
1734  
1735 **03:04:38 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Até a próxima reunião, até o mês que vem.